



**III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População de  
Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco.**

**“Por um Pernambuco Livre de Violência à População LGBT”**

**Relatório Final**

**Recife, Março de 2016**





## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

1. MESA DE ABERTURA .....	2
2. MESAS TEMÁTICAS .....	24
3. REGULAMENTO APROVADO EM PLENÁRIA .....	34
4. REGIMENTO ELEITORAL APROVADO EM PLENÁRIA .....	39
5. RESULTADO DOS EIXOS TEMÁTICOS APROVADOS EM PLENÁRIA .....	42
6. COMISSÃO ESTADUAL ELEITA NA CONFERÊNCIA .....	49
7. MOÇÕES APRESENTADAS EM PLENÁRIA .....	50
8. ANEXOS .....	72



## **APRESENTAÇÃO**

Nos dias 11 e 12 de Março de 2016, no Centro de Formação e Lazer do Sindsprev/PE, localizado no bairro da Guabiraba, na cidade do Recife, foi realizada a III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco. Com o tema: “Por um Pernambuco Livre de Violência à População LGBT”. A Conferência contou com ampla participação de diversos seguimentos sociais e cumpriu seu papel de gerar um ambiente propício ao debate e a construção de diretrizes estaduais e nacionais para a construção e o fortalecimento das Políticas Públicas relacionadas à comunidade LGBT. Os resultados deste trabalho coletivo serão devidamente apresentados neste relatório.



## 1. MESA DE ABERTURA

### **Composição da Mesa:**

Cumprimentou a todos os presentes e convidou para compor a mesa: O Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude de Pernambuco e Presidente desta conferência, Isaltino Nascimento; Professor Horácio Barros Neto (Movimento Integrar de Pernambuco) e Coordenador Geral da III Conferência Estadual LGBT; Representando a Secretaria Estadual da Mulher, Beatriz Vidal; Secretário Executivo de Segmentos Sociais de Pernambuco, Sergio Moura; Representante da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, Severino Pessoa; Representante do Conselho Nacional LGBT, Roselaine Dias; Representando o Conselho Estadual LGBT, Marcone Menezes; Representando a Prefeitura da Cidade do Recife, Gerente de Livre Orientação Sexual, Wellington Pastor; Representando a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Deputado Estadual Edílson Silva; Representando o Ministério Público de Pernambuco, Carolina de Moura; Do Movimento Social da Capital, representando a letra L, Rivânia Rodrigues; Representando a letra G, Israel Pereira; Informa que a letra B já se encontra representada na mesa pelo senhor Horácio; Representando a letra T, Remily Manar; Do Coletivo Aquarius, representando o Movimento Social do Interior de Pernambuco, Samuel Cabral “Samuca”.

Convida a todos para assistirem a uma apresentação cultural de Sabrina Carvalho, da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude, apresentando o momento “Guerreiras de batuque, tambores que não se calam”.

### **Sabrina Carvalho: (Apresentação cultural)**

“Nossos direitos não podem ser violados em decorrência da nossa orientação sexual. Nossa força e capacidade não podem ser controladas a ponto de passar por divisões de atividades, seja no trabalho, em casa, na rua, nos campos, nas quadras, nos terreiros, nos escritórios, nas avenidas, na própria música... nossos desejos de realização profissional não devem ser vetados com argumentos ou comentários hostis.



Respeitar a diversidade também deve ser implicar no respeito pelas diversas maneiras de ser mulher, de ser lésbica. Precisamos garantir o real respeito para as mulheres de todas as orientações. É importante se reconhecer, se empoderar, se autoafirmar, ser amar, para respirar amor expirando liberdade. Estamos em luta por nossa autonomia, por nossos direitos de viver livremente nossa sexualidade e por uma transformação da sociedade. Axé.”

Movimento Integrar de Pernambuco e Coordenador Geral da III Conferência Estadual LGBT

**Professor Horácio Barros Neto**

Bom dia a todos os gêneros presentes gostaria de saudar a mesa em nome do Secretário Isaltino Nascimento, todos os homens e todas as mulheres em nome da Beatriz Vidal (Secretária Estadual da Mulher), as companheiras do Conselho Nacional (Remily, Rivânia), desejo que todas se sintam acolhidas e sejam bem vindas. As boas vindas a todos e todas em nome do Movimento Integrar de Pernambuco e em nome dessa coordenação, juntamente com a companheira Íris de Fátima, vice-coordenadora da conferência. Todos sabem que existe uma enorme dificuldade em se realizar uma conferência estadual, e que esse processo é construído mediante a parceria entre sociedade civil e gestão pública. Agradeço indistintamente à comissão organizadora da conferência, a todos os companheiros do Conselho Estadual LGBT, ao secretário Isaltino, a Sergio Moura pelas contribuições, e agradeço especialmente à comissão de metodologia encabeçada por Jair Brandão, Alexandre Magno e demais integrantes. Agradeço à Mônica Oliveira, observadora nacional da Secretaria de Direitos Humanos, que veio para observar e engajou-se com a organização para produzir a conferência. Agradeço a todos os delegados e delegadas presentes. Como reflexão, questiono o que cada um veio buscar na conferência, e sugiro que cada participante faça essa pergunta a si próprio. Ressalto a importância do fortalecimento do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT e do empenho dos parceiros para a criação dos Conselhos Municipais LGBT em todas as cidades do Estado de Pernambuco. Estamos no momento valorizando os eixos temáticos, tirando propostas nacionais, e todos devem ter a consciência de trabalhar propostas exequíveis, visando o fortalecimento, a construção e as ações de políticas afirmativas. Quanto às etapas municipais e regionais, agradeço a todas as gestões, de Palmares, Salgueiro, Caruaru... E todos os demais que contribuíram para a conferência de Recife, São José do Belmonte, Olinda, que se empenharam e produziram um rico material



que hoje encontra-se na pasta de todos vocês, sendo o produto resultado das conferências municipais e regionais, marcadas pela construção de políticas afirmativas. É importante lembrar a necessidade de garantir que o empenho da luta do movimento LGBT não fique atrapalhado por falas equivocadas, e que temos que lutar e trabalhar para a conquista de espaços novos de construção política em todo o Estado. Todos vocês já tem vivenciado a atual situação social, econômica e política que vive o Estado e o país, e cito Martin Luther King dizendo: “Não me importa o grito dos maus, o que me incomoda é o silêncio dos bons”, reafirmando que as pessoas não devem silenciar, e sim preparar-se para enfrentar a situação que o país convive. Aos senhores delegados e delegadas, observo a responsabilidade pelo envio à conferência nacional de uma delegação forte e coesa de Pernambuco, indo pra essa “arena” que é a conferência nacional. Sabemos que a disputa por espaço é gigantesca, e é preciso escolher entre os pares aqueles mais preparados, sem vaidades, visando o processo coletivo, e não só o sujeito político, mas as organizações, as outras parcerias, os conselhos estaduais e municipais, e dizendo não ao pensamento individual. A maior união coletiva no Estado é do movimento LGBT, e não podemos conviver com esses hiatos entre L, G, B e T, é preciso aglutinar. É preciso que continuemos percebendo o movimento equivocado da sociedade hetero-normativa, que produz a lesbio/homo/transfobia. Freud, dizia: “nunca tenha certeza de nada, porque a sabedoria começa com a dúvida”, e complemento com a construção altamente democrática: sobre o incentivo aos jovens militantes e ativistas e de mais pessoas comprometidas, é importante colocar essa juventude no protagonismo. Nós viemos como alicerçadores, construindo esse caminho ainda de chão batido, para que esses jovens no futuro possam pavimentar essa estrada do movimento LGBT no Estado e no país. E para finalizar, digo: somos muitos, somos milhares, estamos em todos os lugares, pagamos todos os impostos, cumprimos os preceitos constitucionais como cidadãos e não queremos nem mais, nem menos. Precisamos de dignidade, exigimos respeito e igualdade para todos e todas. Muito obrigado.

Representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Pernambuco

**Deputado Edilson Silva**

Gostaria de saudar a todos os gêneros em nome do professor Horácio, saudar a todos os presentes e em especial os integrantes da mesa. Fiz questão de estar presente à corrente abertura, mesmo não havendo possibilidade de permanecer, em virtude de outras atividades programadas, mas estamos atentos e



apoiando integralmente o evento e seus desdobramentos. Tenho o entendimento de que essa população precisa de uma intensificação do diálogo político acerca das demandas e das dificuldades, e estou particularmente muito preocupado, visto que vivo num ambiente institucional do parlamento e percebo que as coisas por lá não andam muito bem, pois se tem uma conjuntura bastante adversa, difícil, onde forças politicamente conservadoras estão ocupando um vácuo que foi deixado nas ruas por aquilo que convencionamos chamar na política de “esquerda”. Na medida em que a esquerda ocupa os espaços institucionais, os governos, abriu-se um vácuo na rua, na disputa da consciência do povo, na praça, no asfalto, e esse espaço hoje está sendo ocupado por forças flagrantemente conservadoras. Tivemos na semana passada episódios me deixam muito preocupado, culminando com o pedido de prisão preventiva do ex-presidente Lula com uma nota explicativa do Ministério Público de São Paulo extremamente ridícula, que é um atentado não só à figura do ex-presidente Lula, e que mesmo não sendo advogado do Lula, e sim fazendo parte de um partido de oposição, não podemos de forma nenhuma nos coadunar com nenhum tipo de movimento que, disfarçado de luta contra a corrupção, na realidade traz na sua esteira um conjunto de concepções conservadoras, discriminatórias e antipopulares. É nessa esteira que acontece uma ofensiva que não é silenciosa, mas fica ali por trás dessa luta anticorrupção, desse debate falso e hipócrita pela ética na política. Até hoje não conseguimos aprovar na assembléia legislativa sequer a possibilidade de existir uma frente parlamentar em defesa da população LGBT, porque os parlamentares que estão naquela casa, em sua grande maioria, são conservadores e não entendem que a população LGBT deve ter o direito de ter uma sala naquele parlamento para discutir os seus problemas, e acrescento que muitos dos que falam em defesa da população LGBT em ambientes fechados como esse, quando chegam ao plenário da casa, na hora de uma votação como essa, tem dor de barriga, tem uma reunião que vai acontecer, e acabam esvaziando. Estamos nesse momento com uma situação extremamente grave acontecendo no Recife, pois um vereador da Cidade do Recife está propondo um projeto de lei que proíbe que professores e profissionais da educação trabalhem a questão de gênero na sala de aula, sendo penalizados. Por esses dias, o Prefeito Geraldo Júlio se reuniu com 50 pastores para discutir essa questão. Tudo isso que vem acontecendo é uma reação à organização, ao fato de estarmos saindo do armário, uma reação porque na verdade, a população LGBT em todas as suas faces conseguiu romper uma invisibilidade histórica, e isso incomoda. Então, à medida que damos um passo para fora do armário existe uma reação avassaladora do outro lado, e isso nos impõe a responsabilidade por uma questão de segurança, de dignidade, de defesa de



direitos, de dar mais passos à frente, porque se não nós podemos ser esmagados, e é o que estão tentando fazer agora. Então, é necessário numa conferência como essa que observemos isso com bastante atenção, e que entendamos que é preciso dar um salto de qualidade na nossa organização política, pois do mesmo jeito que o prefeito se reuniu com 50 pastores, terá que se reunir com centenas de organizações do movimento. Para isso, é preciso que nos transformemos em força política, movimento sim, de sociedade civil sim, mas com capacidade de incidir sobre a opinião pública para que a gente faça uma inflexão no sentido de garantir os nossos direitos. Encerro minha fala deixando um abraço carinhoso em todos, lembrando que esse ano teremos eleição, e é importante que observemos com lupas esse processo, porque é fundamental termos a sociedade civil organizada e também mais parlamentares debatendo essa pauta, salientando que não estou promovendo uma discussão partidária, pois na assembléia legislativa onde sou deputado existem vários deputados que são defensores dessa pauta, como Priscila Krause e Tereza Leitão, que juntamente com elas faço uma pequena frente informal defendendo essa causa. É preciso que olhemos isso com profundidade, pois o avanço que se tem das forças conservadoras contra a nossa dignidade e a nossa cidadania é bastante grande, e eles não estão de brincadeira. Desejo uma feliz conferência a todos, com boas resoluções e uma grande delegação para a conferência nacional. Obrigado.

Orador

Registrou a presença da Secretária de Meio Ambiente do Recife Cida Pedrosa; do Promotor de Justiça, Dr. Maxwell Vignoli; do Conselheiro Nacional LGBT Zezinho Prato; da Conselheira Nacional LGBT Tatiane.

Representante do Coletivo Aquarius e do Movimento Social do Interior do Estado

**Samuel Cabral**

Bom dia a todos e todas, cumprimento a mesa em nome do Secretário Isaltino e da companheira Remily. É com muita satisfação que estou presente nesse momento, representando o movimento social LGBT do interior de Pernambuco, que se trata de um coletivo que se organizou há pouco tempo no Sertão do Estado, no município de Floresta, e que tem travado essa luta tentando trazer avanços para essa causa justa, não só na cidade, como em toda a região de Itaparica. Parabenizo o Governo do Estado e a Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude através do Secretário Sergio Moura pela



realização dessa conferência, que diante de tantos momentos ditos como crise, realizou esse momento importantíssimo para fortalecermos a nossa luta. Gostaria de lembrar que este é um processo de “formiguinha”, pois ao final de 2012 e início de 2013, com a presença do Centro Estadual de Combate a Homofobia no Sertão, é que se despertou um “olhar” para se organizarem enquanto sociedade civil organizada no movimento LGBT, e desde então vem realizando vários trabalhos a “trancos e barrancos”, no intuito de aglutinarmos nessa luta e estarmos cada vez mais unidos. Como Horácio ressaltou no início, é de suma importância que estejamos todos juntos para fortalecer a causa, que vem sendo bombardeada em todos os momentos por esses reacionários e pelas pessoas que querem descredibilizar o movimento. Para isso, é preciso acima de tudo de união, de romper com esses espaços e ditos hiatos e darmos continuidade aos trabalhos. Diante do Secretário Isaltino, reafirmo a importância de fortificar, apesar da crise e das dificuldades o trabalho que já vinha sendo feito pelo centro nessa nova visão de gestão do Governo do Estado, onde o centro passa a ficar com a violação dos direitos e a secretaria com a promoção e a prevenção, então peço que seja intensificado cada vez mais para o interior do Estado, não só para o Sertão, mas o Agreste e todo o Estado, de uma ponta a outra. Encerro minha fala desejando a todos um bom trabalho durante a conferência, que fortifiquemos essa luta em prol da institucionalização das políticas LGBT e em prol de não perdermos nenhuma das conquistas que já alcançamos.

Orador

Registrou a presença do Presidente Estadual do Conselho da Criança e Juventude João Suassuna

Representando (Homem Trans)

**Anthony Lucas**

Cumprimento a todos e todas, falo aqui em nome do IBRAT (Instituto Brasileiro de Transmasculinidade), que atualmente entre os LGBT’s é o movimento mais “invisibilizado”, pois mesmo dentro dos LGBT’s poucos conhecem a existência de homem trans. De todas as conferências realizadas, regionais, estaduais e nacionais, só houve apenas dois homens trans presentes. Peço que todos os homens trans se levantem. Esse é um momento histórico para todos os homens trans, visto que existem cinco representantes da entidade, e que infelizmente não é possível ter mais número porque hoje está acontecendo a conferência



nacional contra a AIDS entre os transexuais, e temos nossos representantes presentes. Estou aqui para defender que todos os homens trans presentes vão à conferência nacional, por vias de que o movimento é muito invisibilizado. Gostaria de informar que no momento atual está havendo a exposição dos HT's no fundo da sala, onde estão sendo exibidas imagens com frases enviadas por nós. Agradeço a todos pela oportunidade e encerro minha fala.

**Registro da presença da vereadora do Recife, Isabella de Roldão; Presidente do Conselho Estadual de Igualdade Racial, Mãe Elza; Secretária Executiva da Secretaria da Mulher do Recife, Niedja Guimarães;**

Representando (Mulher Trans)

**Remily**

Bom dia a todos e todas presentes, é com grande satisfação que vejo o número de trans presentes em comparação a outras conferências. Essa conferência nós mostramos que somos realmente uma população grande e que não somos minoria, minoria é a sociedade que nos exclui a todo momento de pontos políticos como esse. Sou presidente da nova instituição de travestis e mulheres transexuais de Pernambuco, e no Estado existem duas instituições (Naturape e Motrans), em que na coordenação temos a companheira Shopelique, que não pôde estar presente, mas está em conferência nacional fazendo sua pauta do movimento, assim como outras companheiras trans que estão aqui. Dentro do Estado de Pernambuco falar de população trans, mulheres travestis e transexuais ainda é algo que me entristece, pois mesmo com os espaços sendo ocupados existe muita opressão, institucional ou não, onde mesmo em ambientes como esse o machismo existente nos cala, assim como a sociedade faz lá fora. Então, trazer primeiramente alternativas de políticas públicas inclusivas para o Estado, políticas públicas que nos contemplem enquanto ser humano, e não visar políticas que sirvam para uma população só, ficando elas lá a cada dia, morrendo, como tem acontecido em números altíssimos, e pessoas trans assim como eu não tendo oportunidade de estar dentro de um emprego tendo sua dignidade reconhecida enquanto ser humano, enquanto cidadã. Agradeço à mesa na pessoa de Isaltino Nascimento e a todos e todas presentes, e não é



fácil e não o será, mas enquanto pessoas trans, só o fato de estar presente já as faz guerreiras, pois quando lembramos de nossas famílias de onde fomos excluídas e hoje estamos aqui pedindo um momento político, de luta, de afirmação de identidade, de respeito, de políticas públicas inclusivas e afirmativas, isso já é uma grande vitória, pois quando pensamos que um dia fomos excluídas e deixadas por nossa família, isso já nos supera de muitas e muitas coisas que nós hoje em dia estamos superando. Infelizmente tivemos outra companheira, Micaela, que não pode vir por motivos de doença, assim como outras trans de que tive conhecimento, já me deixa muito triste, mas creio que todas nós que estamos aqui nessa conferência estadual vamos sim estar representando todas, sem nenhuma distinção de instituição, de entidade, e todas vamos pensar por igualdade e respeito a todas nós. Obrigada.

### **Israel Pereira**

Bom dia a todos e a todas, gostaria de saudar a mesa em nome do senhor secretário Isaltino Nascimento, e também saudar em nome de uma companheira que mesmo não sendo LGBT, mas tem uma história com a luta LGBT, que vem trabalhando conosco sempre, a senhora Beatriz Vidal, que sempre nos apóia confiante e confidente, nos apoiando em várias políticas. Gostaria em nome do Fórum LGBT de Pernambuco também dizer que me sinto feliz em representar a população gay, mesmo sendo coordenador pela opção bissexual, e me sinto muito feliz em olhar essa platéia, tão bonita, renovada, que com caras novas, significa que o movimento LGBT tem continuidade, que nós estamos crescendo cada vez mais, que nossas lutas continuarão firmes e fortes, e que nós continuaremos aqui. Enquanto tivermos fôlego, estaremos lutando por nossos diretos, direitos de igualdade. Independente de sigla, nós somos mais fortes unidos, e não separados. Deixemos de fragmentar o movimento, e nos fortalecemos unidos. Eu venho dizendo dentro do fórum LGBT de Pernambuco com sua história desde 2004, de luta em favor da pessoa homo afetiva, independente da sua orientação sexual, que unidos somos mais fortes. E é um lema que eu vou levando em todo canto que eu estou representando o fórum, representando o movimento bissexual, o movimento gay, o movimento de mulheres, o movimento de negros e negras, de bairros e favelas, como já invadimos no Ministério das Cidades em Brasília, em nome do MNU, do MLD, então quero dizer que unidos somos fortes. O movimento evangélico está aí. A meta dessa campanha é dobrar o número de evangélicos parlamentares para derrubar nossas políticas. Então, não adianta fragmentar. Esse espaço aqui



é um espaço de construção das nossas políticas, mas não adianta, como nosso companheiro Horácio falou, criar coisas novas se sabemos que não vai ser executável, então possamos primeiramente repensar o que já está posto, e pensar se realmente está funcionando como deveria. Temos muitos instrumentos em nome LGBT, que na verdade às vezes não nos representa, que chegamos com a demanda e as políticas não andam, que faltam ferramentas, que falta orçamento, pra fazer com que as nossas políticas sejam efetivas. Que nós saibamos aproveitar esse momento da conferência para também reavaliar o que já está posto, e cobrar nesse documento que ele seja efetivo. Não adianta ter um prédio, não adianta ter pessoas, se não tem orçamento para trabalhar. Tem que se ter equipes, pessoal para trabalhar, e tem que ter realmente vontade política de fazer. Chega de usar o movimento LGBT, de usar as nossas caras, pra dizer que é solidário e que nos defende. Tem que botar a cara lá e votar. Então, vamos cobrar isso. Agradeço mais uma vez, e repito que estou muito feliz de estar aqui e ver todas essas caras novas que vieram para contribuir conosco. Muito obrigado, e tenham um bom dia.

Registro da presença da senhora Cibele Lopes, ouvidora da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude de Pernambuco.

### **Rivânia Rodrigues**

Bom dia a todas as pessoas, gostaria de agradecer aqui na mesa em nome de minha grande companheira nacional Rosilane, minha companheira lésbica, e representando aqui o gênero masculino gostaria que todos ficassem representados em nome do nosso secretário Isaltino Nascimento, e pensando na platéia, gostaria de em nome de todas as mulheres lésbicas saudar a nossa companheira Ana Carla Lemos, a nossa companheira Thaís em nome das transexuais femininas, de pessoas com deficiência LGBT, em nome dos trans masculinos gostaria de saudar Rafael Maranhão, o povo de terreiro à nossa companheira Elza, de Iemanjá, nossa companheira que é mãe de santo e abre todas as portas, e em nome dela saudar todo o povo de terreiro. E do parlamento, gostaria de saldar a nossa companheira Isabella de Roldão que vem fazendo a diferença na cidade de Recife com a pauta LGBT, que pouca gente compra dentro da câmara de vereadores e vereadoras. A minha fala é muito direta a nós lésbicas e mulheres bissexuais, e nós mulheres transexuais aqui do Estado, pois bem, dentro desse gênero feminino nós temos algumas cobranças ao



governo. Precisamos descentralizar essa política dentro do Estado de Pernambuco. Precisamos fazer com que nós do movimento lésbico, do movimento bi e do movimento trans, possamos descentralizar essa discussão dentro do Estado, então precisamos contar e sim, oxigenar mais, e que o governo do Estado possa garantir que as políticas de fato consigam descer para os interiores. Pensando nisso, nós aqui em Pernambuco fizemos junto com o governo através da Secretaria de Mulheres do Estado o Comitê Interinstitucional de Pró-Lésbicas e Mulheres Transexuais, e nele nós estamos como sociedade civil e governo. Precisamos de fato fazer valer esse espaço, que é de muita dificuldade, mas de muita conquista para nós do movimento, mas precisamos de visibilidade, ser reconhecidas, e de fato ser parte desse comitê, quando a gente pensa na construção dessas políticas. Nós sentimos muita falta desse comitê não estar na conferência estadual de mulheres do estado de Pernambuco. Embora seja muito difícil, estamos aqui para contribuir e construir isso, então entendemos que a política de lésbicas e mulheres transexuais precisa ter registro, precisa avançar mais e mais. Em nosso último seminário, o encaminhamento foi uma cartilha norteadora para a saúde da mulher lésbica, para o profissional de saúde poder contentar as nossas políticas. É dessa forma que nós, do coletivo de mulheres lésbicas de Pernambuco, estamos aqui para dizer que não só fazemos críticas, mas somamos na hora que fomos consultadas, e na hora que for chamado o movimento, estaremos aqui para contribuir, pois o movimento LGBT aqui em Pernambuco é um dos que mais avançou nesse país, desde 2000 para cá, crescemos tanto que hoje estão aqui os trans masculinos e femininos, e isso são conquistas, e precisamos avançar mais. Quando no nosso Estado tivermos uma lei que criminalize a homofobia, talvez comecemos a caminhar. Nacionalmente a gente não tem, mas se começarmos a fazer aqui o nosso exercício de casa, tenho certeza de que a gente vai avançar. Então, a secretaria hoje conta com um grande companheiro, que tem compromisso, e o nosso papel é cobrar esse lugar. Enquanto mulher lésbica do estado de Pernambuco, vou estar sempre aqui, não importa o tempo, costumo dizer nas minhas falas que é nas dores e nas delícias que vamos construir e vamos continuar vivendo, e travando essas grandes batalhas. Obrigada e bom dia.

Representando o Ministério Público de Pernambuco

**Carolina de Moura**

Bom dia a todos e todas, as mulheres lésbicas, aos homens gays, as mulheres e homens bis, aos homens e mulheres trans, gostaria de cumprimentar o secretário Isaltino, professor Horácio, os demais ocupantes da



mesa, e dizer que é uma alegria ver uma mesa tão colorida, seja do ponto de vista do gênero, da identidade, ou da orientação. Nós participamos de muitos eventos, e dificilmente encontramos uma mesa tão colorida. Queria dizer que minha fala será curta e breve, respeitando os três minutos, e lembrar que um grande pensador da humanidade, Aristóteles, em sua obra (A política), nos disse que é da essência e da natureza da humanidade as relações de dominação. Ele disse que era natural que o homem dominasse a mulher, que o dono dominasse o escravo e que o adulto dominasse a criança, e a história provou que tudo isso pode ser desconstruído. Nós abolimos a escravidão, nós temos a Lei Maria da Penha, nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, e estamos num momento histórico, da construção dos direitos LGBTs. Diferentemente da construção dos direitos do homem, que data do século anterior, a ONU só conseguiu aprovar uma monção sobre os direitos LGBTs agora em 2014, e quase que não era aprovado. Nesse momento histórico, o Ministério Público tem a honra de participar, tendo fundado a primeira Comissão de Direitos Homoafetivos do Brasil. Nós recebemos visitas de outros ministérios públicos querendo copiar o nosso modelo de comissão, e isso nos orgulha muito, para que a gente possa importar esse modelo para outros estados, e o Ministério Público, nessa perspectiva de cidadania, possa integrar e participar desse movimento. Ano passado fizemos um percurso por todo o estado, visitamos diversas cidades, do sertão à capital. Passamos por Recife, Nazaré da Mata, Palmares, Salgueiro, Petrolina, Arcoverde... Colhendo informações, e também já temos alguns avanços, como por exemplo o procedimento nos cartórios hoje para as relações homoafetivas foram feitas, foi avançada através de uma intervenção do Ministério Público junto ao Tribunal de Justiça. Então, nós temos muito orgulho de participar desse movimento, e fazer parte dessa construção, onde nós temos que entender que o novo sempre assusta, e nós temos que ter paciência, e principalmente muita união. Eu queria pegar a canção do tambor lá de Sabrina para dizer, finalizando, que a nossa voz não morra, que tenhamos paciência, que não deixemos morrer essa voz, e sigamos em frente, com fé e perseverança. Obrigada.

**Registro das presenças de Elton Bruno, coordenador da política municipal da saúde integral LGBT;  
e Ricardo Ormina, coordenador do centro municipal de referencia em cidadania LGBT;**

Gerente de Livre Orientação Sexual da Prefeitura da Cidade do Recife

**Wellington Pastor**



Bom dia a todos e todas, quero saudar a mesa na pessoa do companheiro Isaltino Nascimento, companheiro de batalha, e também quero fazer uma saudação especial ao companheiro Horácio, que como todos sabem está à frente da conferência estadual, e sabemos o empenho do companheiro. Eu fico reparando aqui nesse ambiente os mínimos detalhes, eu sei que isso tem o dedo dele, então peço uma salva de palmas para o companheiro Horácio Barros. Quero fazer outra saudação ao promotor Maxwell que também está aqui na frente, um companheiro de luta, de batalha, que está lá na promotoria do Ministério Público de Recife, e que vem contribuindo bastante com a nossa luta. Não vou me alongar, mas trago aqui um abraço da secretária Ana Rita Suassuna, do Secretário Executivo de Direitos Humanos Paulo Moraes e do Prefeito Geraldo Júlio, e espero que dessa conferência possamos sair com um trabalho bacana, que seja produtivo, e como Horácio falou no começo, é importante a construção de políticas que sejam exequíveis. A gente precisa sair um pouco do campo do surreal, e vir para o real. Precisamos entender o que podemos fazer, como fazer e agir de forma estratégica. Temos um cenário bastante conservador, que nos pune, que vem tentando nos silenciar, mas precisamos romper também. E só romperemos essas barreiras se formos estratégicos. Se nós soubermos criar estratégias para chegar lá na frente e pautar as nossas questões e demandas, e aí sim, trago uma fala da companheira Rosa Luxemburgo: Por um mundo em que sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres. Obrigado.

Representando o Conselho Estadual LGBT

**Marcone Menezes**

Gostaria de desejar bom dia a todos e todas, eu acho que a companheira Rivânia e outros aqui da mesa trouxeram um momento bem diversificado, em que a gente percebe nas caras, nos rostos, as diferenças que a gente tem aqui. A equipe do Sertão está aqui, Zona da Mata também, conseguimos Pedro de Tabira, a Região Metropolitana, Agreste, temos o movimento estudantil, que não tinha participado de outros momentos, mais hoje está aqui, então a gente traz essa importância para ver a descentralização e a preocupação que o conselho teve. Estamos com todos os nossos conselheiros aqui, fiquem de pé todos os conselheiros: Alexandre, Íris, Hugo, os que estão aqui na mesa também, só para vocês verem o tamanho da responsabilidade desse conselho. Isso é o que trouxe à tona toda a responsabilidade da realização dessa



conferência. Desde o processo que era para dar posse ao conselho, que quando nosso secretário Isaltino assumiu, uma das metas era: vamos fazer políticas públicas. O movimento cresceu muito em visibilidade, em paradas, em atividades, em realizações, em seminários, mas a gente precisa deixar legados. Precisamos deixar de fato uma política “consensuada” no Estado. Então, o conselho é uma dessas políticas, estamos nesse processo, é um marco, a gente precisa dessa valorização, precisa que toda a população LGBT presente consiga fazer esse acompanhamento junto do conselho, precisa nos aproximar mais. Quero também agradecer a todos os conselheiros e conselheiras, a todos os participantes, independente de cor, de raça, a gente percebe que a terceira conferência vem com um olhar diferenciado, se vocês olharem daqui, a população negra está mais presente nessa conferência, independente da identidade de gênero e da orientação sexual, a gente tem essa especificidade. A presença também do gênero feminino, que tem uma porcentagem, que é um momento histórico e precisamos estar nesse processo. Queria também deixar uma reflexão aqui, que é: a realização desta conferência é um marco de reconhecimento de luta, de envolvimento, de participação, e são de fundamental transformação em nosso país, em nosso Estado, e no combate a LGBT fobia. Ontem um companheiro nosso em Porto de Galinhas, que veio participando e participou da primeira e segunda conferências sofreu um homicídio. Então, nosso companheiro Pedro pediu para quebrássemos o protocolo aqui, pedindo um minuto de silêncio sobre a questão do nosso companheiro. Eu gostaria que todos ficassem em pé, como no pedido de Pedro foi solicitado o silêncio como homenagem, mas ele traz essa reflexão, de que a gente precisa fazer o barulho, fazer “zuada”, a gente precisa estar nas ruas, na câmara de vereadores e em outros espaços também. (1min. de silêncio). O que precisamos dizer à população é que nós não queremos nem mais, nem menos, queremos apenas ser reconhecidos pelos nossos desejos ou pela nossa condição sexual, e vamos à luta. Uma boa conferência a todos e todas, a nossa equipe está aqui, e o conselho à disposição.

Representando o Conselho Nacional LGBT

**Roselaine Dias**

Eu quero fazer uma saudação especial à população LGBT que está presente nessa plenária bonita e diversificada, distinta, com as suas representações de identidade, dizer que esse é um momento histórico para a população LGBT no Brasil, e em nome dessa população saudar as companheiras Rivânia, Marta



Almeida, Ana Carla Lemos, Zezinho Prado, Tatiane Araújo, que são algumas referências que eu tenho aqui, tanto no Estado como nacionalmente. Cumprimentar as autoridades do Estado pelo compromisso de realizar a conferência, isso aqui é pacto federativo, isso aqui é eixo 1. E para isso o Estado tem que se comprometer, e o Estado, pelo que estou vendo desde que eu acessei o portão de entrada aqui com a nossa consultora Mônica, se comprometeu, na perspectiva da qualidade e da boa execução da conferência. Cumprimentar o Presidente do Conselho Estadual, eu estou Vice-presidente Nacional, eu estou presidência do Conselho Estadual no Rio Grande do Sul, e eu sei o que significa no local, no Estado, realizar a conferência. A cara da conferência é a do conselho. O Estado dá o aporte estrutural, e o conselho é que dá a linha programática e conceitual da conferência, e nesse sentido eu quero colocar alguns pontos que já foram abordados na mesa: quando na gestão 2013/2015, nós pensamos na conferência nacional e intitulamos “por um país que criminaliza a homo/lesbio/trans fobia, nós estávamos criando estratégias, porque na nossa compreensão (do coordenador da conferência), a disputa não pode ser entre nós. Eu como a conselheira nacional LGBT e como vice-presidente, como uma mulher lésbica, feminista, negra, de religião de matriz africana, quero dizer que a disputa não é entre nós. Nós temos que estar juntos, companheiro homem trans, companheira mulher trans, que me representa muito nessa mesa, nós precisamos lutar juntos, o momento está muito difícil para nós. Nós temos que ter muito cuidado, pois estamos vivendo um momento de fragilidade institucional e política no Brasil, e está aqui a representante do MP que não vai me deixar mentir. A situação está muito delicada, e vai ser um efeito cascata, e num efeito cascata, a companheira trans que está aqui representando, o homem trans que está aqui representando, a companheira Tatiane Araújo da rede trans que está aqui vai concordar comigo, sobra para nós, e sobra para a mulher trans, para o homem travesti, para o homem trans na esquina e na rua. Eu tenho dito no Brasil pelas minhas andanças, que quem é penalizado no Brasil, a penalização da população tem nome, endereço, cor, tem raça, tem etnia. É o povo negro, é a juventude negra, é o homem negro das periferias do Brasil. E na população LGBT o corpo que morre é o da mulher trans e da mulher travesti. O corpo que é estuprado na esquina é do meu companheiro homem trans. Nós três aqui, o homem trans, eu, na minha condição de lésbica, a Rivânia, a companheira trans, nós sabemos que depois das 10h da noite o nosso cuidado tem que ser redobrado. Nessa escala de hierarquias das diferenças, como já disse um grande autor da América Latina, eu sou a primeira escala. A última escala, ou seja, aquela que realmente vai morrer na esquina, e que o último relatório da homofobia apresentou para o conselho, é a mulher trans e a



travesti no Brasil. Então, nós não temos aqui que fazer disputa, nós não temos aqui que brigar entre nós, a disputa está daquela porta para fora. A disputa está no congresso, a disputa hoje se apresenta no Ministério Público, infelizmente. Nós temos que defender sim a bandeira da democracia, dos direitos, quaisquer direitos podem ser violados no Brasil, desde a semana passada nós vimos isso, e não estou aqui fazendo uma defesa pessoal ou partidária, estou fazendo uma defesa da pessoa humana e da dignidade humana, eu ando pelo Brasil, e eu vejo a periferia do Brasil, vejo o nosso povo lutando por dignidade, e nós sabemos que se não abraçarmos o estado brasileiro (e nós somos parte do estado brasileiro), nós vamos morrer nas esquinas. Somos nós, nós e a população negra, não é a comunidade branca de classe média alta, e da elite brasileira que vai pra rua no domingo, não é. Somos nós. Muito obrigada e boa conferência.

**Registro das presenças de Artur Carvalho, Diretor da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); Larissa Lins, Diretora da União da Juventude Socialista (UJS); Felipe Araújo, Diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE); Rauni Marques, Diretor da União de Estudantes de Pernambuco (UEP).**

Representando a Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco

**Severino Pessoa**

Cumprimentar a mesa em nome de Isaltino, a companheira Beatriz Vidal para destacar a presença feminina na mesa, Horácio, e enfim cumprimentar a todas e a todos. Em nome do Secretário de Cultura do Estado Marcelino Granja reafirmar o compromisso do sistema de cultura do Estado que contempla a secretaria de cultura e a FUNDARPE com a diversidade e o fomento da cultura de Pernambuco, e consequentemente com a diversidade de gênero. Quero aqui ainda parabenizar o secretário Isaltino, o coordenador Horácio e a equipe não só por organizar esse evento que é um marco nessa luta, como falou bem a nossa companheira que me antecedeu, é porque embora a gente esteja no século XXI, e aí eu queria ter dito antes, justamente dar parabéns à secretaria de Isaltino e a equipe toda, pelo trabalho efetivo a partir da orientação e das diretrizes do governo Paulo Câmara, pela defesa de direitos humanos e sociais. Como eu dizia mesmo em pelo século XXI, ainda não são devidamente respeitados. E desejar o sucesso desse evento, eu sei que esse evento é um marco importante, aqui tem uma representação muito significativa



dessa luta pela defesa dos direitos LGBT e de muitos outros direitos, e como eu disse, a gente precisa ter mais respeito por eles, e enfim, dizer: viva à terceira conferência e viva à cultura de Pernambuco. Um abraço a todos.

Representando a Secretaria Estadual da Mulher

### **Beatriz Vidal**

Bom dia a todas e todas, às mulheres e homens trans e a toda a mesa presente, gostaria aqui de saudar a mesa na pessoa do meu querido amigo, companheiro de vários momentos políticos juntos, Isaltino, e gostaria também de cumprimentar a todas as mulheres, trans mulheres e trans homens, e todos os companheiros aqui com um belíssimo discurso, na pessoa da conselheira nacional LGBT, que me sinto absolutamente contemplada com sua fala, e trago aqui um abraço querido da secretária, fui aqui citada como secretária, agradeço a Horácio, mas apenas sou uma assessora próxima e amiga de Silvia Cordeiro. Trago aqui o carinho dela, o compromisso dessa secretaria em trabalhar sempre afinada com essa secretaria que está aqui hoje, nós sabemos o que é construir uma conferência estadual nesse momento de trevas políticas e institucionais, esse momento de contingenciamento que também é outra crise, mas na opinião da nossa secretaria essa é a crise menor, a crise realmente que nos abate agora e que nos torna talvez mais fortes, e que temos que estar de pé e unidos, é a crise institucional. Nós temos uma crise posta, que essa conferência aqui faz a resistência, faz a conferência, faz com que a gente entenda que todo governo tem seus problemas e suas dificuldades. Mas hoje temos um governo em Pernambuco que está comprometido com esse momento de discussão e de construção política. Não é fácil para um governo hoje, para uma secretaria, para uma equipe dessas, fazer toda essa mobilização, trazendo todos os segmentos que podem fazer uma discussão verdadeira e democrática, e daqui saírem delegados e delegadas que possam nos representar numa discussão nacional. O que nós desejamos disso aqui é que essa treva de que acabamos de falar esteja viva nessa discussão. Temos um momento difícil e não podemos relaxar, não podemos brigar entre nós, não podemos nos afastar, e sabemos que já vivemos isso em momentos piores, ou talvez não sei nem se piores, mas já passamos por essa experiência, está aí na porta uma crise institucional que pode ser de um tamanho em que as primeiras vítimas seremos todos nós. Nossas políticas serão as primeiras vítimas desse momento. Eu desejo sim, que como foi rica, mesmo com



problemas e com dificuldades a nossa conferência estadual, aqui a companheira Rivânia citou uma dificuldade que foi posta, que os comitês que fazem parte dentro da nossa secretaria não tiveram assentos garantidos na Conferência Estadual das Mulheres, mas isso foi uma escolha dentro do conselho, que o mecanismo de acesso à conferência estadual foi o que sempre se colocou em toda democracia, fosse às conferências municipais que foram feitas em 140 municípios, e que todas as companheiras dos segmentos estivessem ali colocadas em suas conferências municipais, e ali sim, fossem delegadas e tiradas de forma mais democrática possível. Esse foi o caminho de todas as conferências, e foi o caminho da Conferência Estadual das Mulheres Do Estado De Pernambuco. Lógico que podemos melhorar e evoluir, e para isso existem as instâncias de discussão. Pretendemos que na próxima possamos trazer os comitês com seus lugares assegurados para que estejam presentes na conferência estadual. O que eu desejo aqui é que a gente possa sair daqui com uma política verdadeira e representativa com o que a gente vive hoje em Pernambuco, e que essa voz chegue a nível nacional. Hoje precisamos em relação à questão trans uma política que tenha realmente um traçado e que tenha uma dotação orçamentária, saiba quem vai responder o que dentro dessa política. Não basta só trazer festa, só trazer visibilidade, paradas, a gente precisa saber de onde vem o dinheiro para que a gente possa fazer, transversalizar e saber quem vai tomar conta de quê. Quando a gente precisa fazer um abrigo de trans dentro do Estado de Pernambuco, a gente tem que ter uma política pública discutida, aprofundada, e que não basta só o Governador Paulo Câmara chegar para Isaltino ou para Silvia Cordeiro, ou com demais secretarias e dizer: temos que abrigar e acolher. Nós precisamos antes disso ter uma política clara, um traçado certo, que a gente possa ter uma voz só, e que essa política venha do começo ao fim e que realmente tenhamos resultados, e que não seja de um governo, seja política pública, que independente de governo esteja aqui para ficar durante os próximos quatro, oito ou dez anos. Essa é a nossa posição, da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, e é a minha posição pessoal. Espero que seja isso aqui apenas um momento de introdução, e agora seja trabalho, embate, discussão, e trazer disso a política pública que a gente precisa pontuar e acenar a nível nacional e estadual, para que a gente possa ter uma política transparente, verdadeira e real. Boa sorte nos trabalhos.

Secretário Executivo de Segmentos Sociais do Governo de Pernambuco

**Sergio Moura**



Companheiros e companheiras, eu fico muito à vontade em tratá-los como companheiras e companheiros, pois se me lembro bem, essa foi a minha fala da primeira parada da diversidade aqui do Estado de Pernambuco, e se fizermos uma terceira conferência e não fizermos um resgate dos momentos históricos que passamos aqui em Pernambuco é impossível avançar. Eu sou um dos militantes que estava lá na construção da primeira parada, assim como diversos que estão hoje nessa sala, e isso é importante. Mas eu acho que mais importante do que essa construção que fizemos lá atrás é ver os novos rostos aqui nessa sala. Eu fiquei muito feliz quando pude enxergar o quantitativo de jovens que hoje são militantes do movimento LGBT aqui no Estado. Eu tive o prazer de ver recentemente e de voltar a discutir políticas de segmentos junto com o movimento gay Leões do Norte, e tive a grata surpresa do quantitativo de jovens que tinha nas reuniões. Isso é o que vai fazer toda a diferença do movimento LGBT, não tenham dúvida. A gente construiu um espaço muito importante aqui no Estado, tanto é que eu ocupo um desses espaços. Espaço que a gente almejou lá atrás, discutimos e construímos juntos. Mas o importante é a gente lembrar que esse espaço não garante nada se a militância recuar. Hoje a gente percebe o quanto olhamos para o nosso umbigo, lembramos que lá atrás brigávamos por uma pauta única, e hoje essa pauta é específica. Mas essa pauta específica está nos levando aonde? E hoje, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social, criamos uma política que é muito importante, em que falamos sobre transversalidade. Hoje não dá pra discutir a pauta LGBT sem discutir a pauta de igualdade racial, a que ela está atrelada, gente. Não dá pra discutir a pauta LGBT sem discutir a pauta de pessoas com deficiência, pois também está totalmente atrelada. A política do idoso, pois esses LGBTs, o que vai acontecer com eles daqui a 20,30, 40 anos? Quem tem que discutir é a gente, agora, e é muito importante para a nossa própria política LGBT. Essa transversalidade tem que ser discutida, a gente tem que parar de olhar para o nosso umbigo L, umbigo G, umbigo B, umbigo T, pois não cabe à gente fazer essa discussão, lutar por essa visibilidade internamente e esquecermos que tem companheiros que tem uma diversidade enorme, ele é negro, gay, pessoa com deficiência, e aí? Como discutiremos essa política? A gente vai transversalizar ela. Então é isso, eu estou como Secretário Executivo, e fico muito inquieto, porque os companheiros que eu recebo são exatamente para discutir a política específica de cada área, e a gente precisa ampliar. Acho que esse momento é único para que comecemos a ter um olhar mais amplo, e que as nossas construções sejam mais amplas. Eu acho que com isso, a gente retoma aquela força que tivemos, pois o maior movimento de rua hoje ainda é nosso. A gente não percebeu, mas ainda conseguimos colocar o maior número de LGBTs na rua. Tem



outros movimentos se organizando e chegando tanto quanto. Uma coisa que Marcone como coordenador da política LGBT me alerta todo dia: Sérgio, as pessoas dos outros segmentos estão se organizando. Hoje a gente consegue ver encontro de A, B, C, coisas que a gente não enxergava, e nós ensinamos esse caminho. Os LGBTs ensinaram como se faz, como faz movimento de rua e como se ocupa espaço dentro da estrutura do governo. Aprendemos lá atrás. Fizemos certo, mas acho que estamos pecando nesse momento onde temos uma disputa interna por visibilidade, e o momento não é esse. O momento é para recuarmos, juntar todo mundo e pautar uma pauta única. E essa pauta todo mundo conhece. É isso, companheiros.

Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude de Pernambuco e Presidente da III Conferência LGBT

### **Isaltino Nascimento**

Bom dia, pessoal! Muito axé para todos e todas, axé para a mesa. Ouvi atentamente a fala de todos os que vieram participar dessa mesa de abertura, e começando inclusive com Sabrina fazendo esse toque para que a gente possa energizar com os orixás esse momento muito rico para todos nós. Teremos dois dias em que os orixás estarão conosco nos iluminando, para que nós possamos fazer um bom debate, e possamos também construir, avaliar e apresentar idéias que vão nos ajudar a pensar políticas para os municípios do Estado, para nós que somos do Governo do Estado de Pernambuco e também subsidiar o debate nacional. Eu fico muito feliz de poder estar participando aqui, quis os orixás, as nossas divindades, que pudesse estar nesta condição de Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude, e poder presidir essa terceira conferência. E principalmente nós que tivemos a caminhada, desde 2000 nessa luta, acompanhando a primeira conferência, muitos aqui estiveram presentes na primeira conferência, e sabem primeiro da pouca diversidade, e do pouco quantitativo. Na segunda, conseguimos aumentar a diversidade e o quantitativo, e é maravilhoso que nós estejamos nessa terceira conferência aqui, nessa abertura de mesa, em ver homens trans e mulheres trans trazendo a sua representatividade, e isso é fantástico, ver a sua mobilização desses segmentos, ver as mulheres trans hoje tendo não só apenas uma organização, mas ter duas organizações no Estado para representá-las. Isso é uma conquista muito importante, não é qualquer coisa. Significa que a despeito dos problemas, das dificuldades, da opressão, da tentativa de nos



calar, das tentativas de nos invisibilizar, na verdade nós estamos no caminho certo. A representatividade aqui foi mencionada, e é verdade, nós temos aqui muita gente que está vindo pela primeira vez participar de um fórum de debate do segmento LGBT. Muita gente que está começando a se empoderar e entender que de fato é fundamental estar junto, construindo. Diferente de alguns que falaram aqui, eu acho que a divergência é saudável. O posicionamento, a tentativa de se colocar para mostrar a organização e saudável, e é importante. Mas entendo que ela precisa ser colocada no momento da construção coletiva. Saber o momento de dizer: estou aqui, e tenho direito à organização, ao segmento, à minha pessoa se expressar, quando o momento também é de juntar e construir coletivamente. Então, acho que esse é o desafio, e esse é o exercício que temos que saber fazer, mas é muito importante porque alguns anos atrás nós ficávamos na verdade conclamando as pessoas a se organizarem, conclamando a ter organização de lésbicas, de gays, de bissexuais, travestis e transexuais, para que pudéssemos começar a nos organizar, começar a preparar a parada da diversidade, começar a nos empoderar através dos espaços do poder público, e o que a gente vê hoje, na verdade são conquistas de diversos processos que tivemos ao longo desse tempo. Então, eu sou muito otimista com as conquistas do movimento LGBT, que lá atrás era GLS, quem não lembra disso? Então, a gente conseguiu dar esse passo de termos atores no poder judiciário, no ministério público, na defensoria pública, no parlamento e em vários espaços que nós conseguimos avançar pela conquista. Não é suficiente ainda, mas nós temos vozes que nos representam. Nós avançamos. Queria deixar aqui essa mensagem de otimismo, para vocês que vão participar das mesas de debate, que vão discutir nos grupos, pois temos que entender a conjuntura que é adversa, momentos que são difíceis, mas quando foi fácil a luta LGBT no Brasil? Nunca! Então, nós estamos vivendo de ciclos, alguns mais propícios, outros menos favoráveis como estamos agora, mas se não estivermos batendo à porta, gritando, lutando e nos organizando, não vamos fazer valer nossos direitos, e essa conferência tem esse marco dessa construção, de estarmos, por exemplo, do ponto de vista do governo, ter uma secretaria executiva que cuida da política de segmentos sociais, que tem o Sergio Moura que já foi do movimento Leões do Norte, que hoje coordena, tem o Marcone, que está à frente do segmento LGBT, e estamos construindo isso. Demos posse ao conselho LGBT do Estado, estamos organizando a conferência com cuidado, e é muito importante que o professor possa ser o presidente dessa conferência, coordenar essa conferência, porque é uma pessoa irrequieta, contestadora, crítica, mas ao mesmo tempo é alguém que é comprometido com a causa LGBT. Todo mundo que está aqui tem esse elemento em comum, então, estamos dando passos. O nosso desafio



nessa conferência é apresentarmos esse ano de 2016 o Plano Pernambuco do Segmento dos Direitos LGBT. Até setembro vamos aprová-lo aqui no Estado. E esse ano, já foi dito aqui, mas vale lembrar: vai ter eleições municipais. Nós tivemos experiências muito positivas de fazer um debate na metrópole com os candidatos a governador, a prefeito, e o desafio nosso agora do conselho é de fazer não só em Recife, mas em Olinda, em Jaboatão, em Camaragibe, ir para a Zona da Mata, Agreste, Sertão, para eleger vereadores e prefeitos comprometidos com a nossa causa. Esse é o desafio, de a gente avançar. Os evangélicos estão fazendo isso. Primeiro, aumentaram a sua proporção de força nos meios de comunicação. Foram para a TV, rádio, mídias e redes sociais, onde tem hegemonia. Liguem nas emissoras de rádio AM e vejam quantas são evangélicas. Mudem para a FM e vejam quantas são evangélicas. Ligue a TV e vejam, para comecem a entender que comunicação é estratégica para a hegemonia daquilo que eles pensam, e agora, depois de conseguir conquistar isso, avançaram para ter representação no parlamento. Eles peguem os deputados estaduais mais votados de Pernambuco, e vejam que todos eles são evangélicos. Pegue os deputados federais mais votados de Pernambuco e vejam que a maioria deles são evangélicos, eles querem agora ter a hegemonia não só da câmara do Recife, das principais cidades, mas das cidades como um todo, porque a meta dela não é só eleger prefeitos e vereadores, nem deputados. A meta deles é serem prefeitos, governadores, e ter presidente da república. Imagine vocês terem um governante evangélico comandando a gente, nossa cidade, nosso Estado, nosso país. É um retrocesso muito grande, então percebamos que nós devemos continuar com nossa disputa, querendo nos afirmar, construindo organizações, mas precisamos avançar para entender, e já sei que muitos fazem isso, o conselho já faz isso, mas precisamos entender e avançar também para termos hegemonia do poder, da força para poder nos representar no ponto de vista dos espaços que a gente precisa ter também como representatividade. Então eu deixo aqui essa reflexão, e outra que quero colocar aqui para minha companheira vice-presidente nacional do conselho, Roselaine Dias, que é: esse ano não dá mais, mas no próximo ano de 2017 nós precisamos avançar para construir uma conferência nacional de direitos sociais, precisamos avançar para além das conferências específicas, precisamos construir uma pauta nacional que nos unifique. O interesse da educação tem haver conosco, o interesse da saúde tem haver conosco, do meio ambiente, da criança e da juventude, do adolescente... Enfim, nós precisamos avançar para isso, porque a pauta conservadora que vai domingo para a rua não vai lá criticar apenas o presidente da república, vai lá para tentar hegemonizar a visão de direita conservadora que quer mudar e se transmuta



em lógica de democracia de direito, de ética, quando na verdade quem está falando com crítica política? Quem está se posicionando politicamente nesse país do ponto de vista de direitos? O que eles defendem? Quais são as visões? Ninguém aqui está fazendo uma defesa política com relação ao governo, eu só quero que nós estejamos atentos para não entrar no canto da sereia da mídia o tempo inteiro, porque o que na verdade a mídia quer nos passar é uma lógica de defender os interesses de um projeto conservador para esse país atrasado, que vai de encontro aos nossos direitos LGBT, e não podemos permitir isso. Então, saibamos separar o que é crítica justa da ética, da democracia, da seriedade com a coisa pública, de agir corretamente, pois essa é a obrigação do gestor público. Separar o que nos unifica daquilo que é visão conservadora, atrasada e reacionária que querem na verdade retirar direitos que a gente conseguiu conquistar ao longo desse tempo. Então, eu concluo a minha intervenção parabenizando a comissão organizadora em nome do professor Horácio Barros Neto, a nossa vice-presidente dessa conferência Íris de Fátima, a nossa equipe da secretaria, que deu muito trabalho fazer conferência, ir para o Agreste, Sertão, Zona da Mata, organizar aqui, poder construir esse lugar agradável, que hoje recebe essa conferência LGBT. Muito axé para todos, uma excelente conferência, e vamos construir um LGBT com força para esse país avançar. Um abraço!



## 2. MESAS TEMÁTICAS

### Composição da mesa:

Tatiane Araújo (Conselho Nacional); Dra. Laura Souto (Centro Estadual de Combate a Homofobia); Roselaine Dias.

### Eixo I – Roselaine Dias:

Boa tarde, essa discussão tem a proposta da gente pensar a construção da política pública LGBT enquanto responsabilidade das três esferas do governo: municipal, estadual e federal. Isso é o eixo I, o pacto federativo, o sistema da política LGBT. Um exemplo do pacto federativo são os centros de referência, que foram deliberados pelas conferências estaduais no último processo de conferência, e naquele momento, no exercício da ministra Maria do Rosário, a SDH entendeu de firmar convênios com os Estados e encaminhar os centros de referência. Lá no Rio Grande do Sul, por exemplo, ele ainda não está de fato. Já tem o convênio, já tem o protocolo, já tem o processo, mas o centro de referência ainda não foi institucionalizado como espaço físico de atendimento para a nossa população. Cabe aí à gente colocar que esse aporte desse espaço, assim como outro, deve ser das três instâncias do governo, ou seja, onde o governo federal entra com o aporte de recursos, onde o Estado entra também com o aporte de recursos, com o aporte de recursos humanos, enfim. Com a organização estrutural, e onde o município que está referenciado possa também ser parceiro para a construção. Esse é um exemplo. Uma outra perspectiva que a gente precisa pensar é um pouco do que a gente suscitou hoje de manhã, e inclusive alguém que estava aqui em nome da Secretaria da Mulher comentou, e o próprio secretário quando fez a fala dele já indicou que esse Estado vai apresentar o Plano Estadual de Políticas LGBT. Cada um e cada uma que está aqui hoje como delegado e delegada tem que ter isso como premissa, de trabalhar com esse Governo do Estado a constituição desse sistema, e essa é uma proposta bem concreta no eixo I. Nós queremos avançar para além do sistema. Nós queremos construir no país um Plano Nacional de Política LGBT. E como isso vai acontecer? Tem que sair daqui, do eixo I. Nós não podemos ficar à mercê de quem está no governo ou de



quem foi eleito ou eleita naquele momento. Nós precisamos ter uma organização de política a exemplo do que acontece com a política para as mulheres no Brasil, que a gente ainda não conseguiu enraizar, não conseguiu concretizar no âmbito da federação. Que a gente possa ter um plano nacional em que qualquer delegado daqui ou quaisquer pessoas presentes que vá à Brasília, que seja delegado nacional e possa botar o plano embaixo do braço, bater no gabinete do senhor deputado federal, deputada federal, do senador ou da senadora do Estado de Pernambuco e dizer: tu tem que cumprir a prerrogativa do plano nacional. “Ah, mas como? O congresso não executa, o congresso vota”. E isso é outra questão importante em relação ao eixo I. Vocês ouviram a mídia falar da aprovação do PPA, certo? Isso é importantíssimo para nós, e eu gostaria de ter ouvido um “ouviram” mais forte. Isso é superimportante, e não é para o meu eco, é para vocês mesmos, nós mesmos, porque o PPA é importante para nós como estratégia política de transversalidade, tanto no governo municipal e estadual, quanto federal, que é o caso. Pela primeira vez no Brasil a gente tem um PPA aprovado. Só na política para as mulheres a gente tem 15 objetivos LBT. Estou colocando isso para que possamos perceber que nada é em vão, não é a toa que o congresso pega a MP do ministério e retira a perspectiva de gênero, porque isso pode implicar diretamente na Lei Orçamentária Anual (LOA) que o congresso vota para a execução do PPA. A execução do PPA do governo Dilma é de 2016 a 2019, a LOA é o que o governo pode executar que o congresso aprova para cada eixo aprovado, para cada proposta, para cada objetivo. Nesse caso eu dei o exemplo da SPM, eu poderia ter dado outros, a SDH focou no combate à violência à população LGBT. Esse é o único objetivo estratégico da SDH para minimizar as vulnerabilidades da nossa população. Então, com essa observação, eu já coloquei três pontos para a gente pensar, para os grupos de trabalho do eixo I. Plano Nacional, conseqüentemente um Plano Estadual para Pernambuco, o secretário hoje assumiu aqui assumiu um compromisso público, porque eu estou vice-presidenta e eu ouvi, e a gente vai cobrar, vai dialogar para que isso de fato seja criado e executado, e o Plano Nacional LGBT. Para além disso a gente precisa pensar que dentro desse plano precisamos jogar para dentro dele o Plano Plurianual do Estado e o Plano Plurianual da União (o exemplo que eu dei), e a Lei Orçamentária Anual. Quer dizer, eu tenho que ter o plano, se eu não tiver um recurso alocado na LOA eu não tenho como executá-lo. Por isso, a gente ouve aquela choradeira de algumas coordenadorias LGBT “ah, porque sou eu a equipe, ou eu não tenho recursos”, e isso acontece na maioria dos Estados. Eu pedi, enquanto presidenta do Conselho Estadual do Rio Grande do Sul, que a coordenação LGBT apresentasse as estratégias do PPA. A pessoa trouxe, a coordenação trouxe 10, 12 itens, e nenhum



dos itens estavam relacionados diretamente com a destinação da LOA, ou seja, não há um diálogo nas intersectorialidades do governo, o eixo I, pacto federativo, intersectorialidade e transversalidade da política, do recurso e alocação da política, ou seja, a execução da política, onde ela está e onde ela tem que ser executada. “O que a gente pensa como estratégia para o plano nacional, como ele se compõe, ou qual é a nossa proposta de composição desse plano”? Primeiro, ele tem a política, e é a própria tradução da política LGBT. Essa política, que seria essa espécie de guarda-chuva, vai ser composta pelo Sistema Nacional LGBT, que é a estrutura e a organização que dá conta dessa política. Esse sistema, como já é dado no Sistema Nacional Contra a Homofobia, tem que ser articulado e construído pelas instâncias de controle social, pelo diálogo da sociedade e de quem responde pela estrutura governamental. Ou seja, o sistema tem que ser composto das coordenadorias LGBT ou secretarias (lá em Porto Alegre, por exemplo, é secretaria adjunta da livre orientação), das conferências e do conselho. Aqui você já tem coordenadoria LGBT, conselho e conferência. Pernambuco está cumprindo o sistema nacional, que é o que propunha até então o extinto Ministério Especial dos Direitos Humanos. O que o conselho nacional, através da conferência, vai propor à secretaria especial dos direitos humanos, que compõe o ministério especial da igualdade racial, das políticas das mulheres e dos direitos humanos, é a criação do plano nacional que tem essa estrutura de organização. Em princípio, é importantíssimo o que a gente quer em cada eixo. Eu poderia sugerir várias questões em cada eixo, mas eu vou esperar as colegas abordarem as temáticas. Então, é importantíssimo termos tudo nítido no que se refere ao eixo I. A gente tem que pensar em tudo que transversaliza, ou seja, tudo que cruze Estado, município e federação. Nesse caso eu estou sugerindo o plano nacional, o plano estadual. Mas tem questões que são específicas que hoje o secretário falava aqui, por exemplo, das políticas sociais. O que é no pacto federativo que dialogaria diretamente com a população LGBT em termos de política social? O cadastro único. Hoje no Brasil você só acessa os benefícios, os subsídios das políticas sociais através do CAD único. Nós não estamos no CAD único. Nós não podemos ir para o programa minha casa minha vida dizendo que eu sou casada, que tenho uma companheira, isso não está colocado, porque o CAD único não garante isso. Então, nós precisamos garantir no cadastro único à inclusão da orientação sexual e da identidade de gênero. Nós precisamos sair da conferência nacional com esse indicativo, para que o conselho nacional possa sentar com o Ministério do Desenvolvimento Social e dizer: olha aqui, a conferência está dizendo, (1000 delegados e delegadas da população LGBT do Brasil) aferem ou indicam que é importante o que consta no cadastro único. O CAD



único, para vocês terem idéia, em dezembro, a conselheira nacional do ministério do desenvolvimento econômico e social já nos disse que esse documento está pronto para ser assinado, mas ele não sai. Então, precisamos usar instrumentos para “publicizar”. Esse é um exemplo que me ocorre agora, mas outras formas do pacto, e que vai transversalizar com o eixo II é a questão da educação. PRONATEC, por onde você vai garantir? Pelo eixo I e pelo eixo II. A garantia da inclusão das especificidades é que vai fazer com que a gente garanta os subsídios e as possibilidades de atuação e de participação da nossa população ante as políticas sociais. Então, um exemplo avançando um pouquinho no eixo II, os diálogos que a gente tem feito com a população trans, é de que o que vem acontecendo em São Paulo, a transcidadania é um exemplo de política pública possível que a gente pode expandir para o Brasil. Ou seja, investimento de uma determinada população específico na educação pensando na sua formação e na sua constituição futura. Obrigada, e estou à disposição.

## **Eixo II – Tatiane Araújo:**

Gente, boa tarde, eu queria agradecer a hospitalidade às pessoas de Pernambuco, Estado vizinho meu aqui de Sergipe, estamos perto geograficamente, e temos especificidades regionais muito próximas, pela questão do machismo da cultura ainda forte na nossa região. Então, o preconceito e a discriminação sobre as questões de gênero nossas são muito próximas. Eu queria fazer na minha fala um esclarecimento sobre o tema mais ou menos orientada no que a companheira Rose falou, dentro da leitura do tema do eixo a gente já consegue se orientar no que ficou para o meu esclarecimento a questão da segurança pública, da promoção da defesa dos direitos da população LGBT, que é algo preocupante porque mexe diretamente com toda a questão de violação de direitos que nós passamos, a questão da segurança e da vida dessas pessoas. Eu no conselho tenho o prazer de presidir a câmara técnica de violência. É uma câmara técnica que cuida basicamente da política do governo, do monitoramento da política que está sendo feita na questão do enfrentamento à violência, da garantia dos instrumentos nos estados e municípios nesse sistema de segurança, no sistema das secretarias de justiça, o que está sendo captado de vocês de denúncias através do disk 100, como trabalhar na questão da “dispersação” dessas denúncias e como encaminha isso para os governos estaduais e municipais, esse serviço de segurança pública também, então esse eixo é importantíssimo, ele parece muito genérico, mais precisa ser reinventado. Precisa-se analisar o



que anda e o que não anda em cada Estado. Talvez seja o eixo que as propostas se diferenciem mais, por conta justamente do que a política de segurança andou em alguns Estados, a política de mecanismos e garantia de direitos, das denúncias de violação de direitos, que andou em alguns Estados e outros não. Então, isso vai precisar muito do envolvimento e da propriedade tanto de gestão como de sociedade civil, em estar apontando dentro do grupo. Eu estava lendo aqui um pouco antes no caderno algumas propostas que acredito eu que já tenha sido tirado nas territoriais, o que facilita muito o andar do eixo, mas que a gente precisa pensar principalmente na elaboração de propostas coesas que sirvam como proposição para o governo, já que essa é a idéia de que os eixos trabalhem, mas que a gente consiga deixar elas bem enxutas, propositivas e com idéias diretas, principalmente porque já se trata de uma pasta que tem ciência da necessidade de trabalhar essas políticas, que sabe da vulnerabilidade mediante ainda a cultura homofóbica, o preconceito, a discriminação que nossa população vive, mas que mesmo assim algumas políticas existem, mas muitas vezes não saem do papel. Tipo: existe centro de referência implementado, existem muitas vezes delegacias especializadas, existem muitas das vezes a “pactuação” de sensibilização junto à estrutura da delegacia como um todo, mas isso existe num papel e não é feito de fato. Quando a travesti chega na plantonista à noite, pois a delegacia é aberta para atender a demanda de violência para ela, aquela delegacia não é sensibilizada nem no acolhimento na recepção, nem muito menos quando chega para a demanda lá no delegado. São mais ou menos esses mecanismos que a gente vai discutir, e eu vou estar à disposição para facilitar, orientar e para poder dispersar que a discussão seja salutar e propositiva. Quem tiver alguma dúvida, a gente continua aqui na mesa. Obrigada e parabéns, Pernambuco.

### **Eixo III - Laura Souto:**

Boa tarde a todos e a todas, eu sou advogada na ação de combate estadual à homofobia, em relação ao marco jurídico, nós tivemos muitos avanços em três anos (entre 2013 e 2016) e grande parte desses avanços foram através de portarias e decretos. Temos que atender à necessidade de leis para criminalizar a homo/lesbio/transfobia, inicialmente. Só uma lei federal pode criminalizar uma conduta. O grupo IV é um grupo transversal, que vai abarcar todos os outros grupos porque vai falar do marco legislativo. Em relação à política pública de educação LGBTI, não incluí aqui, apensar da gente não ter citado, que nacionalmente e internacionalmente tem se colocado a pessoa Intersexual dentro da população LGBT. É



algo que não é de consenso, mas enfim, é melhor que se inclua do que se exclua. É importante dizer que o Centro Estadual de Combate à Homofobia já inclui três pessoas intersexuais, e essas três pessoas sofrem do mesmo preconceito, pelo menos parecida discriminação em relação às pessoas trans quando se fala nas questões de tratamento do nome, que não é tratada pelo nome nem pelo gênero que se reconhecem. Temos a portaria do MEC, que é a 1612, que vai garantir o uso de nome social para pessoas que trabalham com a educação, então, profissionais e funcionários públicos. Tivemos um avanço também no ENEM, para utilizar o nome social durante a prova, temos a nota técnica da OAB, principalmente par o meio jurídico, para que advogados e advogadas poderem defender pessoas trans que não tinham seu nome social garantido dentro das instituições de ensino. Inclusive, essa nota técnica foi antes daquela resolução do conselho nacional do combate à discriminação LGBT, e nela já se falava em garantir o nome social da pessoa trans menor de idade, que não necessitasse por exemplo de autorização dos responsáveis legais para utilizar. Foi um grande avanço, pois a OAB tem o entendimento de que o nome social pode ser utilizado pela pessoa trans dentro das instituições de ensino, mesmo sendo menor de idade, sem a autorização dos responsáveis legais. Também tem a resolução 12 de 2014, que foi aprovada em 2015, que também fala da questão do respeito ao nome social e da utilização dos banheiros conforme o gênero que a pessoa trans se identifica, também no ambiente de ensino. Temos a portaria 1820, que garante a questão do respeito ao nome social dentro das instituições de saúde. Tem a campanha do Estado em relação ao espaço trans, do Hospital das Clínicas aqui do Estado de Pernambuco. Temos a portaria 445, que vai instituir o comitê técnico estadual da saúde integral LGBT e temos um entendimento em relação à cirurgia transexualizadora, que é regulamentada desde 2010 pelo Conselho Regional de Medicina. A portaria 2803 de 2013 regulamentou o processo transexualizador da mulher trans que já era regulamentado desde 2007, e agora os homens trans foram inclusos dentro da política pública de saúde. A questão da responsabilidade penal e civil do médico, nenhum deles responderam mais civilmente ou penalmente por fazer cirurgias. Mas é importante a gente entender que isso aqui são só portarias, então se a qualquer momento for regulamentada uma lei federal que proíba, isso aí vai por água abaixo, porque uma lei federal tem mais poder que uma portaria, seja federal ou estadual, e que um decreto/lei estadual. Por isso é importante estarmos sempre enfatizando a necessidade de fazermos leis. Leis federais que criminalizem a homo/lesbio/transfobia, dentre outras condutas discriminatórias da população LGBT. Tem a política pública de segurança LGBTI, temos uma lei que é estadual, que é a 12.876 de 2005, que foi aprovada em



2013, que é justamente a que obriga o Estado de Pernambuco a elaborar estatísticas oficiais sobre a violência da população LGBT. Questionou-se, quando essa lei foi aprovada, como é que o Estado de Pernambuco levantaria essas estatísticas, se dentro dos boletins de ocorrência não tinha nenhum espaço para preencher orientação sexual ou identidade de gênero da vítima ou do próprio acusado ou acusada por cometer um crime. Então, foi elaborada essa portaria conjunta, que é a 4.418 de 2013, e nela vai explicar o que seria a homofobia direta e indireta e o que seria caca letrinha da representação LGBT. No entanto, atualmente já está se discutindo sobre renovar essa portaria para incluir, porque através dessa portaria só foi incluída a homofobia como motivação de crime, e temos que entender que saiu em vários jornais e meios de comunicação aqui do Estado que a homofobia teria virado crime em Pernambuco, e em nenhum momento isso ocorreu, porque crime só pode ser feito através de lei federal. Uma portaria, e ainda mais estadual, jamais pode criminalizar uma conduta. Já está se discutindo para renovar essa portaria e incluir a lesbiofobia, a bifobia e a transfobia como motivação de crime dentro dos boletins de ocorrência. Temos uma resolução importantíssima que foi do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária em relação às pessoas trans, pois muitas delas sofrem dentro dos presídios, gays e lésbicas também, não os excluindo, mas principalmente o que tem acontecido aqui dentro dos presídios: pessoas trans que se vestissem conforme a identidade de gênero que se reconheciam eram colocadas no castigo do presídio. E não tinha autorização ainda e passam a ter autorização de terem seus dias de visita normalizados, como no dia de visita do restante da população dentro dos presídios. É o que se discute muito ainda aqui no Estado. A resolução 11/2014 também fala sobre incluir a questão da orientação sexual, identidade de gênero e nome social nos boletins de ocorrência, só que essa resolução nacionalizou essa política, no caso a outra portaria só era estadual, e Pernambuco se antecipou nisso, depois saiu a resolução nacional. Isso é em relação à ação judicial de retificação de registro, que o Centro Estadual de Combate a Homofobia começou com um mutirão aqui no Estado, para pessoas trans retificarem seus registros civis, tanto o prenome como o sexo jurídico, e logo depois o município tomou essa iniciativa, então aqui em Pernambuco nós fizemos a nível estadual e municipal essa retificação. O judicial de Pernambuco está bem avançado nesse sentido, porque ele tem entendido a retificação do nome, mais popularmente chamado como a mudança de nome e do sexo jurídico na certidão de nascimento sem qualquer cirurgia. O judiciário atualmente só impõe a questão de juntar um parecer psicológico que é discutível, e de início à hormônio terapia. Já tem pessoas trans que através desse programa que a gente fez que foi em conjunto com a



defensoria pública daqui do Estado conseguiram sentenças positivas de mudança do prenome e sexo jurídico nas ações judiciais. O Conselho Nacional de Justiça teve esses dois enunciados, que são o 42 e o 43, que justamente vai respaldar o juiz ou a juíza de autorizar a retificação de registro, sem a cirurgia. Temos o artigo 1 da convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho, que fala que qualquer discriminação em relação à orientação sexual ou identidade de gênero é proibida. Mas como a gente pode ver, são orientações, decretos, portarias e outras orientações normativas. Não existe lei nenhuma que criminalize a homo/lesbio/transfobia, em nenhum patamar, seja internacional ou nacional. Então, é importante discutir como avançar dentro do nosso legislativo. A gente pode perceber que o executivo, de certa forma, a passos lentos vai evoluindo, o judiciário de Pernambuco está bem avançado em relação a outros Estados aqui do Brasil, mas o legislativo está andando a passos muito, muito lentos. Acredito que se a gente não criminaliza, apesar de existir a discussão de se criminalizar vai segmentar, talvez, mas se a gente não avançar com as propostas, com os projetos de lei e de emenda complementar que têm no legislativo, jamais as pessoas vão ser punidas em relação à homo/lesbio/transfobia. Não é que a gente opte pela punição de todo mundo, acho que o trabalho educativo é de suma importância para evitar que o crime chegue a se concretizar, mas quando o crime contra a pessoa LGBT é cometido, a gente não pode criminalizar ainda, e devemos refletir sobre isso. Obrigada.

#### *ESCLARECIMENTOS E PERGUNTAS:*

**Well** (Fórum LGBT de Pernambuco e Representante Coletivo Rua Juventude Capitalista)

Elogiou a última fala referente ao processo de criminalização, comentou as consequências da criminalização como a demanda maior para o sistema prisional, a não garantia de uma defesa apropriada por parte do Estado, a criminalização real que sempre recai sobre a população negra e pobre, e a importância da educação nesse processo. Comentou da iniciativa da última Conferência de Educação em Recife, onde os professores discutiram durante uma semana de inclusão de educação de gênero e sexualidade LGBT, e a resposta que foi obtida, inclusive de Geraldo Júlio e toda a base governista do PSB foi retirar a menção de gênero e sexualidade. Questionou da validação das propostas encaminhadas pela própria conferência pela base governista conservadora atual, tanto em âmbito municipal quanto



estadual. Denunciou os acordos entre o executivo para retirar as políticas elaboradas, e declarou esperar não ficar trabalhando para no final das contas todo o trabalho vir por água abaixo, pois isso é uma frustração do movimento LGBT.

### **Sergio**

Direcionou o esclarecimento à Dra. Laura. Perguntou sobre o posicionamento do judiciário quanto à questão da mudança de nome da pessoa trans.

R (Laura) – Acredita que existe uma uniformidade no julgamento, mas a uniformidade na verdade deve existir no procedimento processual, que não há, pois nenhuma lei regulamenta a retificação de registro.

### **Participante não identificado**

Direcionou à Laura comentários sobre marcos regulatórios, expressando sua preocupação com a possibilidade todas as conquistas em termos de legislação serem revogadas pelos interesses de uma bancada evangélica fundamentalista existente. Demonstrou insatisfação em que o único deputado presente na conferência retirou-se após sua fala. Perguntou o que pode ser feito coletivamente para que a PL 122 possa sair de onde está parada há tanto tempo nesse momento de fragilidade política, e questiona onde estão os dados quantitativos previstos pela lei.

R (Laura) – Em relação aos dados, tanto de homicídios quanto de outras violências contra a população LGBT, cabe segundo à própria portaria, à Secretaria de Defesa Social disponibilizar, e até o momento infelizmente não tem o conhecimento desses dados, uma vez que faz parte de outra secretaria. Conclui dizendo que cabe à sociedade civil cobrar isso à secretaria responsável.

R (Roselaine) – Propôs que a conferência indicasse a aprovação do projeto de lei 7582/2014 da deputada Maria do Rosário, que criminaliza todas as formas de intolerância no Brasil, de todas as especificidades e



esquecessem a PL 122, uma vez que estava na comissão que trabalho. Sugere que criemos estratégias e repensemos as narrativas e os discursos para derrubar os fundamentalistas.

### **Participante não identificado**

Faz uma reflexão sobre como fazer o debate do Estado laico nesse momento político em que se luta pelo Estado democrático de direito.

### **Participante não identificado**

Declara que participou de todas as conferências e esperava ver mais coisas nessa. Enfatizou a importância da inserção de pessoas nas instâncias do poder público comprometidas com a causa LGBT. Comentou que a conversa deveria se direcionar mais à cobrança de responsabilidades sobre os direitos humanos. Criticou encaminhamentos das conferências que não saíram do papel. Pediu comprometimento das pessoas que irão à conferência nacional para o tratamento das questões com seriedade.

**Rivânia Rodrigues** (Coletivo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais e integrante do fórum LGBT de Pernambuco)

Expôs problemas existentes entre as mulheres lésbicas e bissexuais dentro do sistema prisional e perguntou qual o trabalho que o centro estadual de combate à homofobia tem feito nesse âmbito. Reafirma a importância da criminalização da homofobia.

**Thaís** (mulher trans e portadora de deficiência)

Questiona a nacional o que deve esperar diante do quadro de não comunicação dentro da saúde. Desabafou sobre a falta de assistência à saúde para os LGBT.



### **3. REGULAMENTO APROVADO EM PLENÁRIA:**

#### **III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco**

**“Por um Pernambuco livre de Violência à População LGBT”**

#### **REGULAMENTO ETAPA ESTADUAL**

##### **CAPÍTULO I**

##### **FINALIDADE**

**Art. 1º** - Este Regulamento tem por finalidade definir as regras de funcionamento para a III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) de Pernambuco, convocada pelo Decreto Estadual Nº 42.570, de 30 de dezembro de 2015.

##### **CAPÍTULO II**

##### **ORGANIZAÇÃO**

**Art. 2º** - A III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População de LGBT de Pernambuco, terá a seguinte organização:

- a. Plenária Inicial;
- b. Mesa Temática;
- c. Grupos de Trabalho;
- d. Plenária Final.

**Art. 3º** - O credenciamento dos/as Delegados/as se dará no dia 11/03/2016 das 8h às 12h.

**§ 1º** – O credenciamento é obrigatório para delegadas e delegados, observadoras e observadores, convidadas e convidados.

**§ 2º** - A substituição de delegadas e delegados titulares por suplentes só poderá ser realizada até às 14 horas do dia 11/03/2016, mediante apresentação de comunicado oficial da Comissão Organizadora da Conferência Distrital (Fernando de Noronha), Municipal ou Regional na qual foi eleito/a, à Comissão Organizadora Estadual. Caso a substituição não seja realizada nesse período, a delegação perderá a vaga.



**Art. 4º** - A Comissão Organizadora da III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População de LGBT de Pernambuco fará a distribuição dos/as Participantes nos Grupos de Trabalho, buscando a garantir uma participação equilibrada entre os grupos;

1. No ato do credenciamento, cada Participante (Delegados/as, Observadores/as e Convidados/as) deverá escolher o Grupo de Trabalho/Eixo do qual participará durante os trabalhos;
2. A quantidade de vagas para cada GT/Eixo será previamente definida, de forma igualitária, pela Comissão Organizadora Estadual.

### **CAPÍTULO III**

#### **PLENÁRIAS**

**Art. 5º** - A Plenária Inicial da III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População de LGBT de Pernambuco terá como função específica discutir e deliberar, sobre o regulamento.

**Art. 6º** - A Plenária Final terá como função apreciar, analisar e votar as propostas oriundas dos Grupos de Trabalho, moções e decidir eventuais omissões como última instância, sendo a primeira instância a Comissão Organizadora Estadual.

As Plenárias terão o seguinte funcionamento:

I – As Delegadas e os Delegados terão direito a voz e voto;

II – Observadoras e Observadores, bem como Convidadas e Convidados, terão direito a voz;

III – A coordenação da mesa terá a função de conduzir as discussões da Plenária, fazer a verificação de quorum, controlar o tempo.

**Art. 7º** – As Delegadas e os Delegados poderão apresentar seus destaques de forma oral ou escrita, de acordo com a orientação da mesa.

**Parágrafo único** - Os destaques serão exclusivamente de:

a) **Supressão Total** – Entende-se por supressão total a exclusão total da proposta;

b) **Modificativo** – Entende-se por modificativo, alteração de texto da proposta sem mudança no mérito.

**Art. 8º** - Quando houver a apresentação de mais de um destaque, sobre o mesmo item, as pessoas serão convidadas a formular destaques de consenso em relação às propostas apresentadas, e encaminhar à mesa de apoio as propostas consensuadas. As propostas não consensuadas, retornarão à plenária para defesas a favor e contra e votação.



§ 1º - Quando a Plenária tiver dúvida, a mesa concederá a palavra a delegadas, delegados, observadoras, observadores, convidadas e convidados para a defesa do destaque ou a manutenção da proposta.

§ 2º - O tempo para cada intervenção será de no máximo 3 (três) minutos.

§ 3º - Será permitida uma defesa a favor e uma contra, caso a Plenária tenha dúvida.

**Art. 9º** - As propostas que não forem destacadas serão consideradas aprovadas.

**Art. 10** - Após a apresentação e discussão de cada destaque, a votação será encaminhada da seguinte maneira:

I. Projeção no telão do texto original com os respectivos destaques;

II. Consulta à plenária para a votação;

III. A votação será realizada na seguinte ordem: a proposta original será número 1 (um) e os destaques receberão numeração subsequente;

IV. Não serão admitidos novos destaques para itens aprovados.

**Art. 11** - A mesa coordenadora assegurará o direito de manifestação “pela ordem”, a Delegada ou ao Delegado, quando dispositivos deste Regulamento não forem cumpridos.

**Art. 12** - As propostas de encaminhamento somente serão aceitas pela mesa coordenadora quando se referirem ao andamento da discussão em plenária.

**Art. 13** - A Plenária Final será conduzida por dois membros da Comissão Organizadora e pela Presidência e/ou Vice-Presidência da Conferência.

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS GRUPOS DE TRABALHO**

**Art. 14** - A III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População de LGBT de Pernambuco terá 4 Grupos de Trabalho com os seguintes Eixos:

**GT I** – Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT.

**GT II** – Educação, Saúde, Cultura e Comunicação para a População LGBT.

**GT III** – Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT.



**GT IV** – Marcos Jurídicos e Normativos para o Enfrentamento a Violência contra a População LGBT.

**Parágrafo único** – Cada Grupo de Trabalho poderá aprovar até 8 (oito) propostas de âmbito estadual e 8 (oito) propostas de âmbito nacional, que serão apreciadas. Cabendo a Plenária Final aprovar somente 5 (cinco) propostas de cada eixo.

**Art. 15** - Os Grupos de Trabalho contarão com um/uma Coordenador/a e um/a Relator/a indicados pela Comissão Organizadora Estadual e um/a Relator/a escolhido/a pelo Grupo.

**Art. 16** – Os Grupos de Trabalho seguirão a seguinte metodologia:

I - Leitura do relatório consolidado das Conferências das Etapas Distrital/Municipais e Regionais;

II - As Delegadas e os Delegados poderão fazer destaques nas propostas apresentadas;

III - As propostas não destacadas serão consideradas aprovadas;

IV - Após a leitura de todas as propostas, serão apreciados os destaques;

V – Poderão apresentar propostas novas tanto de âmbito estadual como nacional;

VI - Poderão ser feitos destaques de supressão total e/ou modificação;

VII - Ao final da apreciação dos destaques, as Delegadas e os Delegados elegerão 5 (cinco) propostas de âmbito estadual e 5 (cinco) propostas de âmbito nacional prioritárias para cada Eixo.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS MOÇÕES**

**Art. 17** - As moções serão recebidas pela Comissão Organizadora da III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População de LGBT de Pernambuco até às 12:00 do dia 12/03/16, devendo:

1. Entende-se por moção: *“Uma proposta, numa conferência ou evento similar, sobre o estudo de uma questão ou propósito de incidente que ali surja. Moção é uma proposta para resolver uma eventualidade”*. As moções podem ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação. As moções dizem respeito a assuntos não tratados na Conferência, por exemplo, moção de repúdio à ausência do Prefeito na Conferência;
2. Ter no mínimo 20% de assinaturas do número de Delegadas/os devidamente credenciadas/os, para que sejam submetidas à Plenária Final;



1. Depois de obedecidos os critérios acima, as moções deverão ser submetidas à Plenária.

**Parágrafo único** – As moções só podem ser assinadas por delegadas ou delegados, constando obrigatoriamente seus respectivos nomes sociais, RG e assinatura.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 18** - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora com recurso à Plenária e *ad referendum*, quando a Plenária não estiver reunida.



#### **4. REGIMENTO ELEITORAL APROVADO EM PLENÁRIA**

### **III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – LGBT DE PERNAMBUCO - *“Por um Pernambuco livre da violência à população LGBT”***

#### **Regimento Eleitoral da Etapa Estadual**

**Art.1º** - O presente Regimento Eleitoral da III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População LGBT de PE, de acordo com os postulados do Regimento Interno desta Conferência, tem por objetivo regular o processo de eleição, dentre as/os delegadas/os credenciadas/os presentes, das/dos que participarão como delegadas/os representantes do estado de Pernambuco na III Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, que ocorrerá em Brasília, de 24 a 27 de abril de 2016.

**Art.2º** - A Comissão Organizadora da III Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT destinou ao Estado de Pernambuco 36 (trinta e seis) vagas, sendo:

I – 9 (nove) Delegadas/os governamentais;

II – 27 (vinte e sete) Delegadas/os representantes da Sociedade Civil

**Art.3º** - As 27 vagas de delegadas/os da Sociedade Civil dispostas no artigo anterior terão a seguinte distribuição:

I – 16 Delegadas/os do Recife, Região Metropolitana, Zonas da Mata Sul e Norte, e Distrito de Fernando de Noronha;

II – 11 Delegadas/os das Regiões do Agreste e Sertão do Estado de Pernambuco, sendo 06 do Agreste e 05 do Sertão.



**Parágrafo único.** As/Os delegadas/os estaduais, oriundos das Conferências distrital (Fernando de Noronha), municipais e regionais, bem como as/os delegadas/os natas/os da Sociedade Civil (oriundos do Conselho Estadual LGBT), concorrerão às vagas para a III Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT de acordo com o caput deste artigo.

**Art.4º** - A escolha de delegadas/os obedecerá aos seguintes critérios:

**§1º.** Só poderá candidatar-se a/o delegada/o para a Conferência Nacional, a/o participante devidamente credenciado na condição de delegada/o na III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População LGBT.

**§2º.** Serão respeitados os parâmetros expressos no art. 3º deste Regimento Eleitoral.

**§3º.** Deverá ser garantido, da delegação do estado de Pernambuco, conforme o previsto no documento *Orientações do CNCD/LGBT para a Realização das Etapas Distrital (Fernando de Noronha)/ Municipais/Regionais e Estaduais da III Conferência Nacional LGBT* um percentual de 63% de pretas/os e pardas/os.

**§4º.** A delegação representante da sociedade civil deverá ser composta por 60% de delegadas com identidade de gênero feminina (mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis); e, 40% (quarenta por cento) de delegados com identidade de gênero masculina (homens gays, bissexuais e homens trans). Garantindo, na medida do possível, a presença de Pessoas com Deficiência em cada delegação. Contemplando, se possível, as áreas intelectual, física, auditiva e visual.

**§5º.** As/Os delegadas/os deverão se reunir, respeitando a distribuição por segmentos geográficos exposta no artigo 3º, para procederem a eleição de suas/seus respectivas/os delegadas/os.

**§6º.** Serão eleitas/os, na III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População LGBT, 30% (trinta por cento) de delegadas/os suplentes, ou seja, 05 delegadas/os suplentes para representantes de Recife e Região Metropolitana e 03 delegadas/os suplentes para o Interior do Estado, em ordem das/os mais votadas/os, para a substituição, se necessário, de titulares para a III Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT.



**I** - O preenchimento das vagas de suplentes deverá ser obedecido de acordo com o §4º deste Regimento.

**Art.5º** - Em caso de empate de votos entre as/os candidatas/os será realizada nova votação dentre as/os mesmas/os.

**Art.6º** - Após a realização das eleições, os nomes das/dos delegadas/os eleitas/os deverão ser apresentados a plenária para conhecimento e homologação.

**Art. 7º** - Conforme o Art. 41 do Regimento Interno desta III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População LGBT, dentre as/os 36 delegadas/os eleita/os de Pernambuco, à III Conferência Nacional LGBT, deverão ser escolhidas/os 04 (quatro) delegadas/os, sendo 03 da Sociedade Civil por região (01 do Agreste, 01 do Sertão, e 01 Metropolitana, Zona da Mata e Fernando de Noronha) e 01 do Poder Público para representarem o segmento LGBT de Pernambuco na XII Conferência Nacional de Direitos Humanos, a ser realizada de 27 a 29 de abril de 2016, em Brasília-DF.

**Art.8º** - Todos os casos omissos a este Regimento Eleitoral serão solucionados pela Comissão Organizadora.



## **5. RESULTADO DOS EIXOS TEMÁTICOS APROVADOS EM PLENÁRIA**

### **Eixo I - Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT**

#### **Propostas Estaduais:**

1. Criação de Editais e Fundos Públicos Estaduais de repasse de recursos para municípios que tenham coordenadoria e/ou gerência LGBT, para ações de promoção de cidadania e enfrentamento da violência contra população LGBT;
2. Criar dotação orçamentária nos planos plurianuais (PPA) e Lei Orçamentária anual (LOA), no sentido de assegurar recursos para a promoção e defesa da política da população LGBT, a exemplo da parada da diversidade sexual;
3. Garantir vagas para as regiões da Zona da Mata, Agreste e Sertão no Conselho Estadual LGBT, assegurando no decreto, subsídio para participação dos (as) conselheiros (as) nos encontros e atividades do Conselho;
4. Implantar e implementar Centros de Referências em Cidadania LGBT em todas as macrorregiões do estado e criação, manutenção de casas abrigo especializada para população LGBT, com prioridade para Travestis e Transexuais, femininos e masculinos por região através de Lei Estadual;
5. Criar através de Projeto de Lei, o Plano Estadual de Promoção da Cidadania da População LGBT e de políticas intersetoriais para a população em questão, garantindo sua aplicação;

#### **Propostas Nacionais:**

1. Garantir que o Ministério do Trabalho e Emprego implemente, através de políticas públicas de acesso ao emprego, trabalho, renda e qualificação profissional a inserção da população LGBT no



mercado de trabalho, especialmente, em serviços públicos e empresas privadas, bem como a criação de incentivos fiscais para a contratação das pessoas trans;

2. Promover e garantir nos programas de atenção básica em saúde do SUS e proteção social básica e especial do SUAS, um trabalho de educação permanente com as famílias nos territórios sobre os direitos da população LGBT e respeito a sua identidade de gênero e orientação sexual;
3. Assegurar que as instituições governamentais em todos os seus âmbitos que promova campanhas de conscientização e estímulo às denúncias de crimes contra a população LGBT;
4. Garantir o orçamento no PPA, LDO e LOA para projetos sociais e de cultura para adolescentes e jovens LGBT em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;
5. Garantir maior participação do Sistema Nacional tais como: incentivo financeiro, político e de articulação no sentido de subsidiar políticas públicas para a população LGBT;

## **Eixo II - Educação, Saúde, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos**

### **Propostas Estaduais:**

1. Criação de um programa de acesso de bolsa de estudo para a População Trans até a conclusão do Ensino Médio;
2. Criar editais e fundos específicos para projetos LGBT na cultura, na comunicação, no turismo, no meio ambiente e na educação, no âmbito estadual, valorizando o artista LGBT;
3. Garantir educação permanente para todos os profissionais da rede estadual de saúde para o acesso e atendimento humanizado à saúde integral da população LGBT, com foco na promoção e prevenção às DST's, HIV/AIDS e hepatites virais, com distribuição de preservativos masculinos/femininos, sendo o masculino para tamanhos 48 mm, 52 mm e 55 mais 2, respeito ao direito do uso do nome social, acompanhamento da terapia hormonal para pessoas trans, e redução de danos advindos do mau uso das tecnologias (como excesso de hormônios, silicone industrial, uso de colete compressor de mamas), prevenção ao câncer de mama, colo uterino e próstata na população LGBT e implementação de redes de atenção de saúde mental para o atendimento da população LGBT vítima de violência, bem como o usuário de drogas e pessoas trans na perspectiva da



despatologização; e criação de mais três ambulatórios habilitados no processo transexualizador nas regiões do Sertão, Agreste e região metropolitana e articular com o comitê técnico da saúde para discutir com Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e Comissão Intergestora Regional (CIR) a garantia dos insumos para os procedimentos com a população LGBT criando campanhas específicas para população jovem no que diz respeito a prevenção das DST, HIV e Aids;

4. Fomentar parcerias com as TVs públicas (TVPE) para o fortalecimento e construção de conteúdos LGBT. E estabelecer conteúdos LGBT nas mídias tradicionais como TV's privadas, rádios comunitárias, rádio comerciais, internet, entre outros;
5. ampliar, fortalecer e reestruturar (em relação a participação popular LGBT) o Grupo de Educação em Sexualidade da Secretaria Estadual de Educação na educação permanente dos profissionais de educação e de toda a comunidade escolar (professores, estudantes, técnicos administrativos, seguranças, merendeiras, etc) sobre diversidade sexual e gênero, elaborando pesquisas e criando indicadores sobre a evasão escolar do público LGBT, que não consegue concluir seus estudos na rede de ensino fundamental e no EJA (Educação de Jovens, Adultos e pessoas idosas), por questões de preconceito, resultando numa campanha de conscientização acerca do respeito às diferenças, contra a homofobia e pela não discriminação dentro das escolas e comunidades escolares como também garantir espaço de debates e discursões entre pais, mães e estudantes dentro da grade curricular do ensino das escolas estaduais;

#### **Propostas Nacionais:**

1. Realizar educação permanente dos profissionais de saúde, em torno das questões LGBT's, principalmente no tocante ao atendimento humanizado;
2. Garantir prioridade para a população LGBT estudantes de graduação através do Programa Bolsa Permanência do MEC, assim como é dada prioridade às pessoas quilombolas e indígenas;
3. Implementar reforma curricular e estrutural escolar e universitária, baseando-se em uma educação emancipadora das pessoas com a inclusão da discussão de gênero e identidade de gênero aliada a



uma formação continuada de profissionais de educação, saúde, segurança nas três esferas de governo;

4. Garantir por meio de normativa específica:

a) da ANS (Agência Nacional de Saúde):

Que todos os planos de saúde tenham obrigação de fornecer a seus clientes transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais cirurgias de mastectomia, mamoplastiamasculizadora (plástica reconstrutiva), histerosalpingo-ooforectomia, mamoplastia para colocação de próteses mamárias (plástica reconstrutiva), tireoplastia, transgenitalização do tipo “penectomia + neovagionoplastia”, constando todos esses procedimentos cirúrgicos no “rol de procedimentos e eventos em saúde” da ANS. Bem como, que todos os planos de saúde ofereçam profissionais de enfermagem, psicologia e profissionais médicos especialistas em ginecologia e endocrinologia devidamente capacitados para atender pessoas transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais no acompanhamento, prescrição e orientação da terapia hormonal. Além de que todos os planos de saúde ofereçam por Estado e Distrito Federal, profissionais médicos cirurgiões capacitados para a realização das cirurgias de mastectomia, mamoplastiamasculinizadora (plástica reconstrutiva), histerosalpingo-ooforectomia, mamoplastia para colocação de próteses mamárias (plástica reconstrutiva), tireoplastia e transgenitalização do tipo “penectomia + neovagionoplastia”;

b) Do SUS:

Que o Ministério da Saúde capacite médicos, cirurgiões e demais profissionais envolvidos em todas as unidades que fornecem o processo transsexualizador para a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo “metoidioplastia” e “neofaloplastia”; crie linhas de pesquisa e ações que fomentem e viabilizem atividades de pesquisa, extensão e ensino para o aprendizado, aprimoramento e desenvolvimento de diversas técnicas de hormonioterapia e cirurgias em homens trans, mulheres trans, travestis, transgêneros e intersexuais no geral; e do acompanhamento em várias profissões da saúde na perspectiva da despatologização; além da inclusão dos medicamentos “undecilato de testosterona”, “valerato de estradiol”, “acetato de



ciproterona”, “di-hidrotestosterona”, “17-Beta-Estradiol (gel e comprimido)”, “Espironolactona” e “Enantato de Estradiol” na relação nacional de medicamentos essenciais (RENAME);

5. Fomentar a reavaliar discussões sobre a Portaria N 2.712 MS de 2013 reforçando que a doação de sangue deve ser voluntária. Não deve ser usada, como critério para a seleção de doadores de sangue, a orientação sexual por não constituir risco em si própria;

### **Eixo III - Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT**

#### **Propostas Estaduais:**

1. Construir protocolo e instrumental unificado, abarcando as redes de assistência Social, saúde e defesa social com o foco em:
  - a) Produzir e gerir dados qualificados sobre a População LGBT, que deem subsídio para o desenvolvimento, acompanhamento e o controle social de políticas específicas;
  - b) Possibilitar o acompanhamento qualificado integrado de pessoas LGBTs que utilizam estas redes;
2. Criar o GT LGBT vinculado à Secretaria de Defesa Social (SDS), com a finalidade de monitorar a política, acompanhar dados, sensibilizar profissionais que atuam em delegacias e na rede de segurança, promover educação permanente a respeito das pautas LGBT, tendo como referência o GT Racismo da Polícia Militar e do Ministério Público. O GT deverá se responsabilizar também pela proposição de um Programa de Educação Permanente dos Profissionais de sua competência, além de garantir profissionais para o atendimento de pessoas surdas em seus serviços;
3. Atendimento nas delegacias de polícia, conselhos tutelares e Ministério Público em conjunto com a política da assistência social, incluindo interprete (de acordo com a lei da acessibilidade), que garanta o fortalecimento dos vínculos familiares através da equipe multiprofissional e interdisciplinar, garantido um acolhimento e orientação das famílias onde há prática da violência LGBTfóbica;



4. Fomentar a efetivação e interiorização da resolução Nº 01/2014 do conselho Nacional do Combate à Discriminação e Conselho Nacional de Política Criminal que dispõem sobre o tratamento sobre a população LGBT em privação de liberdade;
5. Fortalecer, ampliar e interiorizar os Centros de Referência LGBT, garantindo interprete de libras e articular a abertura de uma casa abrigo para as pessoas LGBT, priorizando as pessoas trans e travestis;

### **Propostas Nacionais:**

1. Aprovação do Projeto de Lei 7.582/2014 de autoria da deputada Maria do Rosário que visa tornar crime os atos de intolerância contra LGBT e outros grupos vulneráveis;
2. Garantir obrigatoriamente uma central de Libras dentro do Ministério da Justiça, o serviço vinte e quatro horas de intérprete de libras para o acesso das pessoas surdas LGBT;
3. Criar centros de referência LGBT em estados e municípios que não tenha, e fortalecer os que já existem. Criar casas abrigo para pessoas LGBTs nos estados e municípios, priorizando as pessoas transexuais e travestis;
4. Fomentar a abertura de Grupos de Trabalho LGBT em articulação com o Movimento Social e o Conselho Nacional LGBT nos Sistemas de Segurança, que garantam a geração e a divulgação dos dados de violação de direitos e formação continuada na Rede de Segurança sobre temáticas LGBTs;
5. Construir protocolo e instrumental unificado, abarcando as redes de assistência Social, saúde e defesa social com o foco em:
  - a) Produzir e gerir dados qualificados sobre a População LGBT, que deem subsídio para o desenvolvimento, acompanhamento e o controle social de políticas específicas;
  - b) Possibilitar o acompanhamento qualificado integrado de pessoas LGBTs que utilizam estas redes;

### **Eixo IV - Marcos Jurídicos e Normativos para o Enfrentamento à Violência contra a População LGBT**

#### **Propostas Estaduais:**



1. Criar leis municipais e estadual de combate a homo/lesbo/transfobia, que responsabilize, impondo multas e sanções aos estabelecimentos, públicos e privados, que adotem condutas discriminatórias contra a população LGBT em razão da sua orientação sexual e identidade de gênero;
2. Criar lei estadual que assegure o respeito da orientação sexual e identidade de gênero (dando ênfase ao uso do nome social, uso de banheiro e de vestimentas) as pessoas transexuais e travestis nos estabelecimentos educacionais públicos e privados;
3. Ampliar os direitos previstos do Decreto - lei estadual 35.051/2010 para pessoas não institucionalizadas, implantando a carteira de identidade social e articulando com o tribunal de justiça e demais órgãos judiciários a garantia das partes a serem nominadas pelo nome social;
4. Garantir que todos os municípios do estado assinem o pacto federativo de combate à homofobia. Instituinto conselhos, órgãos gestores e centros de referência LGBT;
5. Regulamentar e fortalecer o órgão gestor de Política LGBT; garantindo recursos dentro da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual para ações afirmativas visando a população LGBT na gestão estadual e municipal e criar um fundo orçamentário municipal e estadual que trabalhe diretamente com a política LGBT através de coordenadorias, assessorias;

#### **Propostas Nacionais:**

1. Regulamentar e fortalecer os órgãos gestores das Políticas LGBT, garantindo recursos dentro da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual para ações afirmativas visando a população LGBT na gestão nacional;
2. Criar estratégias com mecanismos de participação social para a aprovação dos Projetos de Lei Federal 5002/2013 de autoria do deputado federal Jean Willys e da deputada federal Erika Kokay (Lei João Nery) e do PL 7582/2014 de autoria da deputada Maria do Rosário que criminaliza todas as formas de discriminação inclusive a LGBTfobia;



3. Criar um Projeto de Lei que garanta o direito ao uso do nome social nos ambientes de trabalho das iniciativas públicas e privadas; no qual se assegure a todos/as os/as transexuais e travestis o uso do banheiro segundo a sua identidade de gênero;
4. Criar leis que garantam a todas as modalidades de família todos os direitos civis (casamento, adoção, direitos previdenciários e tributários, reprodução assistida no SUS, etc). Conforme a orientação sexual e de identidade de gênero;
5. Ampliar a cobertura da Lei Maria da Penha para mulheres Trans e Travestis vítimas de violência doméstica;

#### **6. COMISSÃO ESTADUAL ELEITA NA CONFERÊNCIA:**

**(AGUARDANDO MATERIAL DA SECRETARIA)**



## 7. MOÇÕES APRESENTADAS EM PLENÁRIA:

①

### III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBT

*Por um Pernambuco livre da violência à população LGBT*

#### FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

1. Tipo de Moção <input type="checkbox"/> Apoio <input type="checkbox"/> Repúdio <input type="checkbox"/> Apelo <input type="checkbox"/> Solidariedade <input checked="" type="checkbox"/> Outros <b>CONGRATULAÇÃO (PARABENIZAÇÃO)</b>
2. Destinatário da Moção: <b>CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA EM CIDADANIA LGBT</b>
3. Proponente da Moção - Nome (opcional): <b>BLOCO CARNAVALESCO "AS LINGUARUDAS" DE ARTHUR LUNDGREN II.</b>
4. Título da Moção: <b>MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO AO CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA EM CIDADANIA LGBT DO RECIFE.</b>
5. Texto da Moção: <b>(PARABENIZAÇÃO)</b> <b>MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO AO CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA EM CIDADANIA LGBT DO RECIFE PELO SEU DESEMPENHO COM OS SEGMENTOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A IGUALDADE, RESPEITO E GARANTIA DE DIREITOS PARA A POPULAÇÃO LGBT, TOMANDO-SE REFERÊNCIA EM APENAS 1 ANO DE SERVIÇO, SE DESTACANDO EM SUAS ATIVIDADES COM POLÍTICAS AFIRMATIVAS, DESENVOLVENDO UM ATENDIMENTO HUMANITÁRIO, ARTICULADOR E AGILITADOR.</b>

Realizado 11.41.



Nome (Letra de Forma)	Assinatura
25. Ademir Basilio da Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
26. Sandra Luciene Pires da Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
27. Ana Lucia do Nascimento	<i>[Handwritten signature]</i>
28. Rosilene Ramos de Aguiar	<i>[Handwritten signature]</i>
29. ANTONIO RICARDO DE O. SANTOS	<i>[Handwritten signature]</i>
30. Claudine Soares	<i>[Handwritten signature]</i>
31. Pedro R. Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
32. Juci Santos	<i>[Handwritten signature]</i>
33. FERNANDA FALCÃO	<i>[Handwritten signature]</i>
34. Diego F. de Jesus	<i>[Handwritten signature]</i>
35. Rafaelle Licarello	<i>[Handwritten signature]</i>
36. Pedro Jose S. Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
37. Erica M <sup>a</sup>	<i>[Handwritten signature]</i>
38. SAMANTHA SOLE	<i>[Handwritten signature]</i>
39. Thima Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
40. <del>Clizia Fortinacci</del>	<i>[Handwritten signature]</i>
41. Anderson Vasquez	<i>[Handwritten signature]</i>
42. SABRINA Silva Pena	<i>[Handwritten signature]</i>
43. Maria Daniele de Mendonça Matte	<i>[Handwritten signature]</i>
44. <del>Fernanda Horvath</del>	<i>[Handwritten signature]</i>
45. <del>Flávia Camille Chiodi</del>	<i>[Handwritten signature]</i>
46. Christian Galco	<i>[Handwritten signature]</i>
47. RAFAEL MARIANO	<i>[Handwritten signature]</i>
48. Shakella Jaboun.	<i>[Handwritten signature]</i>
49. Kuryta Maciejowski de Lima	<i>[Handwritten signature]</i>
50. Brunna Rafaela Nascimento	<i>[Handwritten signature]</i>



Título da Moção: \_\_\_\_\_

Relação Nominal de \_\_\_% dos/as Delegados/as da III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBT

Nome (Letra de Forma)	Assinatura
1. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
2. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
3. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
4. Maria Daniela de Mendonça Potte SABRINA SILVA PENA	Maria Daniela de Mendonça Potte Sabrina Silva
5. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
6. Fernanda Lorenzini Helton Bruno Feitoro	Fernanda Lorenzini Helton Bruno
7. GENIVALDO SOARES BARBOSA	<i>[Handwritten Signature]</i>
8. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
9. SILVANA RODRIGUES DA CRUZ	<i>[Handwritten Signature]</i>
10. MALU AQUINO	<i>[Handwritten Signature]</i>
11. <i>[Handwritten Name]</i>	SARITA METALICA
12. Dacyane Pereira de Siqueira	<i>[Handwritten Signature]</i>
13. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
14. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
15. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
16. Nathália Amanda Lima da Silva	<i>[Handwritten Signature]</i>
17. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
18. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
19. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
20. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
21. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
22. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
23. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
24. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>



(2)

III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO  
DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS,  
TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBT

*Por um Pernambuco livre da violência à população LGBT*

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

1. Tipo de Moção ( ) Apoio <input checked="" type="checkbox"/> Repúdio ( ) Apelo ( ) Solidariedade ( ) Outros _____
2. Destinatário da Moção: ESCRITOR BENEDITO ROY BARBOSA
3. Proponente da Moção - Nome (opcional): MOVIMENTO INTEGRAL DE PERNAMBUCO
4. Título da Moção:
5. Texto da Moção: PELOS SEUS RECENTES PRONUNCIAMENTOS HOMOFÓBICOS COM DECLARAÇÕES PRECON- CEITUOSAS, DISCRIMINADORAS CONTRA A POPULAÇÃO LGBT, QUANDO DECLAROU "ODEIO HISTÓRIAS DE BICHAS", ENTRE OUTRAS DECLARAÇÕES EM EN- TREVISTA RECENTE EM CUAL ABERTO DE TV

Realizado 11.40 m 



Título da Moção: \_\_\_\_\_

Relação Nominal de \_\_\_ % dos/as Delegados/as da III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBT

Nome (Letra de Forma)	Assinatura
1. Ariano A. Barros Neto	[Assinatura]
2. [Assinatura]	[Assinatura]
3. Vinicius Araújo do Nascimento	[Assinatura]
4. Wellington Pereira	[Assinatura]
5. [Assinatura]	[Assinatura]
6. Fernando [Assinatura]	[Assinatura]
7. Lucas Barros	[Assinatura]
8. Vicente Barbosa MA	[Assinatura]
9. Ruth de Oliveira	[Assinatura]
10. [Assinatura]	[Assinatura]
11. [Assinatura]	[Assinatura]
12. [Assinatura]	[Assinatura]
13. [Assinatura]	[Assinatura]
14. [Assinatura]	[Assinatura]
15. [Assinatura]	[Assinatura]
16. Raquel de Oliveira	[Assinatura]
17. Karim M. Batista Guimarães	[Assinatura]
18. Ronaldo Dias da Silva	[Assinatura]
19. [Assinatura]	[Assinatura]
20. [Assinatura]	[Assinatura]
21. [Assinatura]	[Assinatura]
22. [Assinatura]	[Assinatura]
23. [Assinatura]	[Assinatura]
24. [Assinatura]	[Assinatura]



Nome (Letra de Forma)	Assinatura
25. Selpe de Arabe	<i>[Handwritten signature]</i>
26. ITALO LUIS M. DA SILVA	Italo Luis M. da Silva
27. Rouberto Vigen	Rouberto Vigen de Brito Santos
28. THIAGO SILVA	Thiago Pereira
29. Maria Carolina Vieira da Silva	Maria Carolina Vieira da Silva
30. Marciano Antonio da Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
31. MARCOUGLAS DE OLIVEIRA	Marcouglas de Oliveira
32. WELSON MARLOS ALVES DA SILVA	Welson Marlos Alves da Silva
33. AMÉRICO RODRIGO GUIMARÃES DOS SANTOS	Américo Rodry Guimaraes dos Santos
34. MARINA VALLE PEREIRA DA SILVA CASTRO	Marina Valle P da S Castro
35. ERONILDO FLORENCIO DA S. JUNIOR	Eronildo
36. PATRICK RICARDO DE ALMEIDA	<i>[Handwritten signature]</i>
37. Ana de Paula Santos	Ana
38. ANORCA VALOIS	Anorca
39. TAINA SILVA	TAINA SILVA
40. Samantha Sell	<i>[Handwritten signature]</i>
41. Nathalia Amamb Lima da Silva	Nathaly
42. Karla Patricia da Silva	Karla
43. Karlo. Dionsyob. Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
44. Alexia do Oliveira Santos	<i>[Handwritten signature]</i>
45. Christian Falas	<i>[Handwritten signature]</i>
46. RICHARDSON BARRETO LIMA	Richardson Barreto
47. ISABELLA MEXQUINHOS	<i>[Handwritten signature]</i>
48. Diego Roguel Oliveira de Moraes	Diego Roguel Oda Moraes
49. Duque de Silva Pessoa	<i>[Handwritten signature]</i>
50. Ferrnandes de Silva	<i>[Handwritten signature]</i>



(3)

III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBT

*Por um Pernambuco livre da violência à população LGBT*

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

1. Tipo de Moção ( ) Apoio (X) Repúdio ( ) Apelo ( ) Solidariedade ( ) Outros _____
2. Destinatário da Moção: MPPE
3. Proponente da Moção - Nome (opcional): NATRAPE IBRAT, AMOTIVANS, U
4. Título da Moção: RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO.
5. Texto da Moção: VIEMOS POR MEIO DESTA MOÇÃO EXIGIR QUE SEJA RETIFICADO O EDITAL DO CONCURSO DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO PARA ESPECIFICAR A TRANSEXUALIDADE COMO EXCEÇÃO, NÃO SENDO MOTIVO DE DESCUALIFICAÇÃO NO CONCURSO AO CONTRÁRIO DE TRANSFORMAÇÕES SEXUAIS CITADOS NO CID 10, POIS EMBORA A TRANSEXUALIDADE NÃO SEJA UMA DOENÇA MENTAL, AINDA NÃO FOI REMOVIDA DO CID 10.  DA FORMA COMO ESTÁ, O EDITAL É DISCRIMINATÓRIO E REFORÇA A BAIXA EMPREGABILIDADE DA POPULAÇÃO TRANSEXUAL, TRAVESTI E TRANS GÊNERO.  PEDIMOS SUAS SENSIBILIZAÇÕES E ENTENDIMENTOS QUE ISSO É CONTRADITÓRIO E OFENDE O CÓDIGO DE CONDUTA MORAL, ONDE DIZ DIREITOS HUMANOS, DIREITOS SEXUAIS. AGRADECEMOS.

Recebido 11.32 *th*



Título da Moção: Definição do Edital do Concurso do PMPE

Relação Nominal de \_\_\_% dos/as Delegados/as da III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBT

Nome (Letra de Forma)	Assinatura
1. Amado Pelho	<i>[Handwritten signature]</i>
2. AKYLA FERREIRA MELLO	<i>[Handwritten signature]</i>
3. Anthony Lucas P. da Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
4. Brenda Pereira Lopes	<i>[Handwritten signature]</i>
5. Alexia de Oliveira Santos	<i>[Handwritten signature]</i>
6. Karlo Dias de Sales	<i>[Handwritten signature]</i>
7. Nathasha Amanda Lima da Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
8. TAINA SILVA	<i>[Handwritten signature]</i>
9. SAMANTHA SOLL	<i>[Handwritten signature]</i>
10. Anderson Valério	<i>[Handwritten signature]</i>
11. Diego Pereira Santos	<i>[Handwritten signature]</i>
12. Nilberto L. de Adriano	<i>[Handwritten signature]</i>
13. SABRINA SILVA PERNA	<i>[Handwritten signature]</i>
14. Maria Daniela de Mendonça Motta	<i>[Handwritten signature]</i>
15. Fernanda Corrêa	<i>[Handwritten signature]</i>
16. Julia Reis	<i>[Handwritten signature]</i>
17. DANIELE BATISTA TEIXEIRA	<i>[Handwritten signature]</i>
18. Fernando S. Rodrigues da Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
19. Diana Simões	<i>[Handwritten signature]</i>
20. MARIAS MORAIS DE FIGUEIREDO	<i>[Handwritten signature]</i>
21. Tatiana Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
22. RANMELLA D' HENDRENS	<i>[Handwritten signature]</i>
23. Luiz Antonio G. da Silva	<i>[Handwritten signature]</i>
24. MALU AQUINO	<i>[Handwritten signature]</i>



Nome (Letra de Forma)	Assinatura
25. Luana Fagundes	
26. Fabiano Belém	
27. Jônio Luis Costa Silva	
28. Francisco de Jesus Soares Santos	
29. Socymone Pereira da Silva	
30. VASTI MARIA DA SILVA	
31. Marlene Santos (benimoz)	
32. Erika Cristiane da Silva	
33. Welthna Leal	
34. Luan Neri Silva	
35. Ana Lucia F. do Nascimento	
36. Donizete José dos Santos	
37. João Mirjano Fereira	
38. YANNE KARINE MOREIRA DA SILVA	
39. MACDOUGLAS DE OLIVEIRA	
40. THIAÇA SILVA	
41. Maria Caroline Vieira da Silva	
42. Moqueeno Antonio de Silva	
43. Silveira	
44. Brendes Ygor	
45. José Leandro Azeiro	
46. Ubiratan Silva do Egto Silva	
47. SERGIO RICARDO	
48. Philippe Ricardo Silva Araújo	
49. Laritza Hintz	
50. Paulo Roberto	



(4)

III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO  
DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS,  
TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – LGBT

*Por um Pernambuco livre da violência à população LGBT*

**FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO**

1. Tipo de Moção ( ) Apoio (X) Repúdio ( ) Apelo ( ) Solidariedade ( ) Outros _____
2. Destinatário da Moção: Conferência Nacional de Políticas da População LGBT
3. Proponente da Moção - Nome (opcional): Delegados (as) da etapa Regional Aqueste da Conferência Estadual de Políticas LGBT - PE
4. Título da Moção: Moção de Repúdio pela perda das propostas do eixo II da etapa regional Aqueste de Pernambuco
5. Texto da Moção: Repudiamos a perda das propostas do eixo II da etapa regional Aqueste da Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População LGBT de Pernambuco, resultando na presença de propostas não aprovadas no caderno final de propostas da etapa estadual. Compreendemos as conferências como espaços fundamentais de escuta e participação da população para a elaboração e implementação das políticas públicas, sendo inadmissível a ausência e/ou troca de propostas resultantes de um processo amplo e democrático de debate e construção, que representam as prioridades estabelecidas por uma população.

Reinaldo 11.50



Título da Moção: \_\_\_\_\_

Relação Nominal de \_\_\_% dos/as Delegados/as da III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – LGBT

Nome (Letra de Forma)	Assinatura
1. YANNE KARINE MOREIRA DA SILVA	Yanne Karine Moreira da Silva
2. MACDONALDO DE OLIVEIRA	Macdonaldo de Oliveira
3. THIAGO SILVA	Thiago Silva
4. Maria Carolina Vieira da Silva	Maria Carolina Vieira da Silva
5. EMERSON SILVA SANTOS	Emerson Santos
6. MARCIANO ANTONJO DA SILVA	Marciano Antonio da Silva
7. Anthony Lucas P. da Silva	Anthony Lucas P. da Silva
8. Selyete	Selyete
9. ITALO LUIS M. DA SILVA	Italo Luis M. da Silva
10. Ulvatan Silva de Egito	Ulvatan Egito
11. José Leonardo ALEIXO	José Leonardo Aleixo
12. Klaudio Ygon	Klaudio Ygon de Brito Santos
13. Diana de Queiroz Melo	Diana Queiroz
14. Fátia Belizina	Fátia Belizina
15. Francisco de Oliveira Franco Santos	Francisco de Oliveira Franco Santos
16. Sandra Cipriano Pereira	Sandra Cipriano Pereira
17. Fabiane Freire da Silva	Fabiane Freire da Silva
18. Jairo Luis Costa Silva	Jairo Luis Costa Silva
19. Maria Daniela de Mendonça Motta	Maria Daniela de Mendonça Motta
20. Selvirina Silva Pena	Selvirina Silva Pena
21. Raone Marques Moura	Raone Marques Moura
22. Alexandra Raposo	Alexandra Raposo
23. Patrícia Leão	Patrícia Leão
24. Felipe Ricardo Silva Araújo	Felipe Araújo



Nome (Letra de Forma)	Assinatura
25. AMÉRICO RODRIGO GUIMARÃES DOS SANTOS	Américo Rodrigo Guimarães dos Santos
26. MARIANA VALLE PEREIRA DA SILVA CASTRO	Mariana Valle P. da S. Castro
27. WELISON MARLOS ALVES DA SILVA	Welison Marlos Alves da Silva
28. RONALDO CLOVIS DA SILVA	Ronaldo Clovis
29. LUVAN NEZI SILVA	Luvan Nezi
30. Akula Ferreira Melo	Akula
31. Jorge Thomaz dos Santos	Jorge
32. ERICA CRISTIANE DE SILVA	Erica Cristiane
33. HELENA MARICAVSKI DE OLIVEIRA	Helena
34. BRUNA RAFAELA ROQUEMUNDO	Bruna
35. ROSELIANE RAMOS DE FIGUEIRA	Roseliane
36. Francine Maria da Silva	Francine
37. SIMONE CRISTIANE GUEDES SIQUEIRA	Simone
38. Vagner Lucas Godoy	Vagner
39. Isaac Machado de Oliveira	Isaac
40. Marcos Vinícius dos Santos	Marcos
41. DIEGO F. de Araujo	Diego
42. FERNANDES ESTEVES	Fernandes
43. Luiz Antonio F. da Silva	Luiz Antonio
44. Welthia Rato	Welthia
45. Elzaura da Silva	Elzaura
46. Roberta Sobral	Roberta
47. ROSA DE LIMA ALVES MACIEL	Rosa de Lima A. Maciel
48. GENALDO JONAS BANBOSA	Genaldo Jonas
49. RILIANA RODRIGUES	Riliana
50.	



Nome (Letra de Forma)	Assinatura
25. Laritza Lint	Laritza Lint
26. Branda Pereira Lopes	Branda Pereira Lopes
27. <del>Lucas Afonso Carvalho Ferreira</del>	<del>Lucas Afonso</del>
28. <del>Renata Alves de Figueiredo</del>	<del>[Signature]</del>
29. <del>Arnaldo S. Rodrigues</del>	<del>[Signature]</del>
30. RICHARDSON BARROSO LIMA	Richardson Barroso.
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	
36.	
37.	
38.	
39.	
40.	
41.	
42.	
43.	
44.	
45.	
46.	
47.	
48.	
49.	
50.	



5

III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO  
DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS,  
TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBT

*Por um Pernambuco livre da violência à população LGBT*

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

1. Tipo de Moção ( ) Apoio <input checked="" type="checkbox"/> Repúdio ( ) Apelo ( ) Solidariedade ( ) Outros _____
2. Destinatário da Moção: Assembleia Legislativa de Pernambuco - ALEPE
3. Proponente da Moção - Nome (opcional): Coletivo RUA - Juventude antirracista
4. Título da Moção: Repúdio ao Dep. Est. Joel de Harpa <del>e a base do governo do Alagoas</del>
5. Texto da Moção: Repúdio ao Dep. Estadual Joel de Harpa por ferir o Estado Lais dentro Assembleia Legislativa de PE, por legitimar a violência policial da PM-PE contra a população negra, periférica e LGBT do Estado de Pernambuco.

Recebido em 11/59



Título da Moção: Repeidos aos Dep. Ent. Joel da Harpa

Relação Nominal de \_\_\_% dos/as Delegados/as da III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBT

Nome (Letra de Forma)	Assinatura
1. Wellington Rafael Azevedo Leal	<i>Wellton Raf Leal</i>
2. ISABELLA P. MELCHIADES	<i>IBS</i>
3. ARGÉLIA OLIVEIRA DE ARAÚJO	<i>Argelia</i>
4. RICHARDSON BARROSO LIMA	<i>Richardson Barros Lima</i>
5. André Pelhe	<i>André Pelhe</i>
6. Luiz Antonio	<i>Luiz Antonio</i>
7. Rafael Licarello	<i>Rafael Licarello</i>
8. Karla Patrícia da Silva	<i>Karla Patrícia</i>
9. PATRICK RICARDO FERREIRA SILVA	<i>Patrick Ricardo</i>
10. Anderson Verme	<i>Anderson Verme</i>
11. André Jota	<i>André Jota</i>
12. Fernando Farias	<i>Fernando Farias</i>
13. Joana Lourenço	<i>Joana Lourenço</i>
14. Daymon Monteiro	<i>Daymon Monteiro</i>
15. Yvelis José de Figueiredo	<i>Yvelis José de Figueiredo</i>
16. Tereza Tiboa	<i>Tereza Tiboa</i>
17. PAMELLA D HENRIQUES	<i>Pamella D Henriques</i>
18. Patrícia Rodrigues	<i>Patrícia Rodrigues</i>
19. S M K L A S	<i>S M K L A S</i>
20. GENALDO SOUZA BARBOSA	<i>Genaldo Souza Barbosa</i>
21. Suelymara da Costa Lima	<i>Suelymara da Costa Lima</i>
22. Sabrina Silva Lima	<i>Sabrina Silva Lima</i>
23. Maria Daniele de Mendonça Motte	<i>Maria Daniele de Mendonça Motte</i>
24. Samanta Simão	<i>Samanta Simão</i>



X

Nome (Letra de Forma)	Assinatura
25. Amélia Vargas	<i>[Handwritten signature]</i>
26. TRINA SILVEIRA	TRINA SILVEIRA
27. Nathália Amanda Lima da Silva	Nath
28. Nele Dias de Silva	Nele
29. Alexia de Oliveira Santos	<i>[Handwritten signature]</i>
30. Liana Maria Silva	Liana Maria
31. <i>[Handwritten name]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
32. <i>[Handwritten name]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
33. <i>[Handwritten name]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
34. <i>[Handwritten name]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
35. MACDOUGLAS DE OLIVEIRA	Macdouglass de Oliveira
36. DIEGO RAFAEL OLIVEIRA Mendes	Diego Rafael Mendes
37. ERONILDO F. DA SILVA JUNIOR	Eronildo
38. Igor C. de Andrade	Igor Corio de Andrade
39. Wellington Paster	Wellington
40. Yudi Santos	Yudi Santos
41. Joyce Henrique dos Santos	<i>[Handwritten signature]</i>
42. Emílio Henrique	<i>[Handwritten signature]</i>
43. Emerson Santos	EMERSON SANTOS
44. Eliana de Queiroz Melo	Eliana Queiroz
45. Juvenalia Sacramento Costa	Juvenalia
46. Inês de Jesus	<i>[Handwritten signature]</i>
47. Anísia Ferreira Melo	<i>[Handwritten signature]</i>
48. Carlos Tomaz	Carlos Tomaz
49. RÍFACEL MARIANO	Rifacel
50. LIANA SILVEIRA	<i>[Handwritten signature]</i>



6

III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO  
DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS,  
TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – LGBT

*Por um Pernambuco livre da violência à população LGBT*

**FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO**

1. Tipo de Moção ( ) Apoio ( ) Repúdio ( ) Apelo ( ) Solidariedade (X) Outros <u>RECOMENDAÇÃO</u>
2. Destinatário da Moção: <u>CONSELHO ESTADUAL LGBT &amp; COORDENADORIA LGBT</u>
3. Proponente da Moção - Nome (opcional): <u>AMOTRANS</u>
4. Título da Moção: <u>DA URGÊNCIA DE CONSTRUÍRMOS POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SEXO.</u>
5. Texto da Moção: <u>VIMOS NESTA MOÇÃO FAZER NOTAR A CARÊNCIA DE ATENÇÃO ESPECÍFICA ÀS NECESSIDADES E PARTICULARIDADES RELATIVAS AO EXERCÍCIO DO TRABALHO SEXUAL, QUESTÕES ESTAS TÃO URGENTES PARA NÓS LGDT - PRINCIPALMENTE PARA TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS. RECOMENDAMOS, NESSE SENTIDO E COM URGÊNCIA, A ORGANIZAÇÃO DE UM SEMINÁRIO ESTADUAL QUE OBJETIVE FOMENTAR O DEBATE E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SEXO, COM FOCO NA SUPERAGAÇÃO DA MARGINALIDADE E VULNERABILIDADE SOCIAL IMPOSTAS A QUEM EXERCE ESSA ATIVIDADE.</u>

Recebido às 11:30m



**Título da Moção:** DA URGÊNCIA DE CONSTRUÍREMOS POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SEXO  
**Relação Nominal de** \_\_\_ % dos/as Delegados/as da III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – LGBT

Nome (Letra de Forma)	Assinatura
1. Alexia de Oliveira Santos	[Assinatura]
2. Nathalia Amanda Lima da Silva	[Assinatura]
3. Karlo Dias de Silva	[Assinatura]
4. Amanda Pardo	[Assinatura]
5. Marta Almeida	[Assinatura]
6. HUGO FERREDA SILVA LIMA	[Assinatura]
7. Maria Eduarda Gaspares	[Assinatura]
8. Dayane Pereira dos Santos	[Assinatura]
9. Tamara Maria de Almeida	[Assinatura]
10. RICHARDSON BARROSO LIMA	[Assinatura]
11. RAFAEL MARANHÃO	[Assinatura]
12. Daysson Montenegro	[Assinatura]
13. Ana Carolina da S. Lima	[Assinatura]
14. Jhaniel Alves de Silva	[Assinatura]
15. Bruna Rafaela Nascimento	[Assinatura]
16. Kalylla Jabour	[Assinatura]
17. Henrique Maracowski de Lima	[Assinatura]
18. Samayra Soff	[Assinatura]
19. Joviana de Souza	[Assinatura]
20. Elzama de Silva	[Assinatura]
21. Anthony Lucas P. da Silva	[Assinatura]
22. Felipe Ricardo Silva Araujo	[Assinatura]
23. João Gabriel Casati	[Assinatura]
24. Marcos Afonso Carvalho Ferreira	[Assinatura]



Nome (Letra de Forma)	Assinatura
25. MARCELITO MARCONI COSTA I	Marcelito
26. ANTONIO RIBEIRO	Antonio
27. HECTON BRUNO FEITOSA	Hecton Bruno Feitosa
28. AKYLA FERREIRA MELO	Akylla
29. JOVIA ESTEVÃO	Jovia
30. Diego Ferreira de Araujo	Diego
31. Ygorias mar de Figueiredo	Ygorias
32. TAMIKA JILVA	Tamika
33. PAMMELLA D MENDREWS	Pammella
34. Rafaella Cicarelli	Rafaella
35. Jilvaug.	Jilvaug
36. TABELLA	Tabela
37. M <sup>o</sup> CAROLINY VIEIRA DA SILVA	Caroliny Vieira da Silva
38. THIAFO SILVA	Thiafo
39. Moniano Antonio de S. lva	Moniano
40. Selye Antonio B	Selye
41. Brana de Queiroz Melo	Brana
42. Wlratem Silva de Ego Lora	Wlratem
43. Heudes Yger de Brito Santos	Heudes
44. Wlratem J. de Brito Santos	Wlratem
45. Kauri vavre Batista qui moroã	Kauri
46. FERNANDA FERREI	Fernanda
47. Karlos Aguiar da Silva	Karlos
48. Millerto L. do Adriano	Millerto
49. Diego Pereira Santos	Diego
50. ANDREZA VALOW	Andreza

9



(7)

III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO  
DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS,  
TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBT

*Por um Pernambuco livre da violência à população LGBT*

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

1. Tipo de Moção ( ) Apoio (X) Repúdio ( ) Apelo ( ) Solidariedade ( ) Outros _____
2. Destinatário da Moção:
3. Proponente da Moção - Nome (opcional): MNU
4. Título da Moção: Repúdio ao Projeto Estatuto da Família.
5. Texto da Moção: O Estatuto da família desrespeita a Constituição Federal e é um atentado a democracia e aos direitos civis. Repudiamos o projeto e pedimos a sua não aprovação no congresso.

Recorde em 11/10/11



Título da Moção: \_\_\_\_\_

Relação Nominal de \_\_\_ % dos/as Delegados/as da III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBT

Nome (Letra de Forma)	Assinatura
1. MALU AQUINO	
2. JOYCE THAMÍRES DOS SANTOS	
3. DANIELE BATISTA TEIXEIRA	
4. <del>Silvia Alves</del>	<del></del>
5. <del>Francisco Eduardo Gonçalves</del>	<del></del>
6. Ana Carla Lemos	
7. <del>Miriam Lima</del>	<del></del>
8. Valerim Rodrigues da Silva	
9. Angélica Oliveira da Graça	
10. Joice de Deus dos Santos	
11. <del>Elzania da Silva</del>	<del></del>
12. <del>Claytonne Ambrósio</del>	<del></del>
13. Branda Pereira Lopes	Branda Pereira Lopes
14. Karina Lima	Karina Lima
15. Natália Amanda Lind da Silva	
16. Karina Patrici da Silva	
17. <del>Carla Dias de Silva</del>	<del></del>
18. Alexia de Oliveira Santos	
19. <del>Flávia Cinthia Silva dos Reis</del>	<del></del>
20. <del>Leulos Esteves</del>	<del></del>
21. <del>Marcelo Manoel de Figueiredo</del>	<del></del>
22. <del>Daniela Silva</del>	<del></del>
23. PAMELLA N. HENRIQUES	
24. Fabiana Freire da Silva	



Nome (Letra de Forma)	Assinatura
25. Jônias Juis Costa Silva	[Handwritten signature]
26. [Handwritten name]	[Handwritten signature]
27. José Carlos Bueno do Prado	[Handwritten signature]
28. Lucrecia Maria da Silva	[Handwritten signature]
29. Bruna Rafaela Rodrigues	[Handwritten signature]
30. Kaurya Maracowski de Lima	[Handwritten signature]
31. [Handwritten name]	[Handwritten signature]
32. Erica Cristiane da Silva	[Handwritten signature]
33. [Handwritten name]	[Handwritten signature]
34. MASTI MARIA DA SILVA	[Handwritten signature]
35. YVONNE KARINE MOREIRO DA SILVA	[Handwritten signature]
36. LIANA DE QUEIROZ MELO	[Handwritten signature]
37. [Handwritten name]	[Handwritten signature]
38. Marciano Antonio da Silva	[Handwritten signature]
39. LUAN NEVI SILVA	[Handwritten signature]
40. THIAGO SILVA	[Handwritten signature]
41. Maria Constança Vieira da Silva	[Handwritten signature]
42. [Handwritten name]	[Handwritten signature]
43. Stalo Luis	[Handwritten signature]
44. [Handwritten name]	[Handwritten signature]
45. [Handwritten name]	[Handwritten signature]
46. José CEANDRO ACEIRO	[Handwritten signature]
47. ERIVALDO FLORENCIO DAS JRS.	[Handwritten signature]
48. Raquel de Oliveira	[Handwritten signature]
49. [Handwritten name]	[Handwritten signature]
50. Ruth de Oliveira	[Handwritten signature]



## 8. ANEXOS:

### III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – LGBT DE PERNAMBUCO

“Por um Pernambuco livre da violência à População LGBT”

#### PROGRAMAÇÃO

##### **DIA 11.03 – Sexta feira**

**08h – Credenciamento**

**09h – Mesa de Abertura**

**10h – Leitura e Aprovação do Regulamento e do Regimento Eleitoral**

**Coordenação:** Jair Brandão/Coordenação Estadual Saúde Integral LGBT-SES/PE

**Secretaria:** Íris de Fátima e Marcone Menezes/Coordenadoria Estadual LGBT/SDSCJ

**12h – ALMOÇO**

**14h - Mesa Temática “Por um Pernambuco livre da violência à População LGBT”**

Eixo I – Representação do CNCD LGBT

Eixo II – Representação da SDSCJ

Eixo III – Representação da Política Militar

Eixo IV – Representação do Ministério Público

**Coordenação:** Horácio Barros/Coordenador da III Conferência Estadual LGBT de PE

**15h30 – Trabalho em Grupos de acordo com os Eixos da Conferência:**

I -Políticas Intersectoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT;

II - Educação, Saúde, Cultura e Comunicação para a População LGBT;

III - Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT;

IV - Marcos Jurídicos e Normativos para o Enfrentamento a Violência contra a População LGBT.

**18h – Encerramento dos Trabalhos em Grupos**

**20h – Noite Cultural**



## **DIA 12.03 – Sábado**

**8h – Continuação do Trabalho em Grupos (caso seja necessário)**

**10h - Plenária para Apreciação e Aprovação das Propostas trabalhadas pelos Grupos e das Moções**

**Coordenação:** Horácio Barros/Coordenador da III Conferência Estadual LGBT de PE

**Secretaria:** Íris de Fátima e Marcone Menezes/Coordenadoria Estadual LGBT/SDSCJ

**12:00 – ALMOÇO**

**13:00 – Continuação da Plenária para Apreciação e Aprovação das Propostas trabalhadas pelos Grupos e das Moções**

**15:00 - Eleição dos/as Delegados/as para a III Conferência Nacional LGBT**

**Coordenação:** Comissão Eleitoral

**17:00 – Encerramento da Conferência.**



### III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – LGBT

Por um Pernambuco livre da violência à população LGBT

#### ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA OS GRUPOS DE TRABALHO:

1. Como está previsto no Regimento, **cada Eixo será trabalhado por 1 Grupo de Trabalho (GT)**, sendo ao todo 4 GTs:

GT I – Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT.

GT II – Educação, Saúde, Cultura e Comunicação para a População LGBT.

GT III – Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT.

GT IV – Marcos Jurídicos e Normativos para o Enfrentamento a Violência contra a População LGBT.

2. Cada GT deverá contar com **um/a Coordenador/a e um/a Relator/a**.

3. O/a **Coordenador/a** deverá:

Proceder a leitura do consolidado com as propostas aprovadas nas etapas municipais e regionais da Conferência, correspondente ao Eixo de seu Grupo;

Orientar a análise e as discussões das propostas;

Coordenar no Grupo a aprovação ou não de propostas em âmbito estadual e elaboração de propostas e aprovação ou não de âmbito nacional para o Eixo em discussão.

4. Cada proposta deverá ser **votada** pelo Grupo.

5. Cada GT deverá **escolher 8 (oito) propostas em nível estadual e 8 (oito) propostas em nível nacional** (as mais votadas) para serem levadas à Plenária.

6. O/a **Relator/a** deverá:

Registrar/digitar cada proposta apresentada durante a discussão do Grupo;

Apresentar o texto da proposta para a votação no Grupo;

Apresentar na Plenária Final as 8 propostas estaduais e as 8 propostas nacionais mais votadas pelo Grupo;



Entregar a Coordenação da Comissão de Metodologia e Relatoria da Conferência, a sistematização das propostas aprovadas.

**É FUNDAMENTAL:**

- Que o/a Coordenador/a controle rigorosamente o tempo de fala das pessoas durante o trabalho do Grupo;
- Manter-se atento a que o Grupo não extrapole o tempo previsto para o trabalho;
- Manter o Grupo focado no tema do Eixo em discussão, evitando dispersões.



### **III Conferência Estadual de Políticas Públicas na Promoção dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco.**

**“Por um Pernambuco Livre de Violência à População LGBT”**

#### **Caderno de Propostas para a Conferência Estadual (Aprovadas nas Etapas Regionais e Municipais)**

#### **Eixo I - Políticas Intersectoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT**

##### **Propostas Estaduais:**

1. Criar e implementar uma Comissão de Trabalho intersectorial, garantindo a transversalização de políticas públicas para a população LGBT (Confª Municipal Belém do São Francisco e do Sertão).
2. Incluir nos prontuários de atendimento da assistência social campos para o nome social, orientação sexual e identidade de gênero (Confª Municipal Belém do São Francisco).
3. Criação de Editais e Fundos Públicos Estaduais de repasse de recursos para municípios que tenham coordenadoria e/ou gerência LGBT, para ações de promoção de cidadania e enfrentamento da violência contra população LGBT (Confª Municipal de Olinda).
4. Criação e manutenção de uma casa abrigo no Estado de Pernambuco, especializada para Travestis e Transexuais, femininos e masculinos (Confª Municipal de Olinda).
5. Garantir a interiorização de equipamentos de proteção e assistência a População LGBT por município (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
6. Fortalecer e Ampliar o trabalho em rede do movimento LGBT no Estado de Pernambuco (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
7. Fomentar as redes de políticas públicas setoriais de forma transversal e intersectorial no Estado de Pernambuco (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
8. Garantir a assessoria por parte da Coordenadoria Estadual LGBT sensibilizando os municípios para implantação de Coordenação de Políticas LGBT Municipais e fomento às leis municipais para este



segmento (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).

9. Criar um Fundo Estadual para promoção e defesa dos direitos da população LGBT (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha e Regional Agreste).
10. Promover a formação e sensibilização dos profissionais que trabalham nos equipamentos de proteção Estadual e Municipal (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
11. Garantir nos equipamentos sociais (ex.: Casas da Juventude, Centros de Referência e de acolhimento institucional) o respeito a identidade de gênero e orientação sexual das pessoas acolhidas nesses serviços (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
12. Garantir, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, a implantação de políticas de acesso ao emprego, trabalho, renda e qualificação profissional para a inserção da população LGBT no mundo do trabalho, especialmente, em serviços públicos e empresas privadas. (Confª Municipal do Jaboaão dos Guararapes).
13. Criar dotação orçamentária nos planos plurianuais (PPA) e Lei Orçamentária anual (LOA), no sentido de assegurar recursos para a promoção e defesa da política da população LGBT, a exemplo da parada da diversidade sexual. (Confª Municipal do Jaboaão dos Guararapes e Confª Regional do Sertão e Confª Municipal Belém do São Francisco).
14. Articular, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, a implantação e ampliação de políticas de combate à discriminação contra LGBT, no ambiente de trabalho, incluindo nos programas de políticas afirmativas já existentes, tal como a GRPE - Gênero, Raça, Pobreza e Emprego (Confª Municipal do Jaboaão dos Guararapes).
15. Garantir formação continuada para profissionais das diversas áreas de políticas públicas: educação, saúde, segurança pública e assistência social, para qualificar o atendimento à população LGBT (Confª Regional do Sertão e Confª Regional do Agreste).
16. Criar na Secretaria de Defesa Social (SDS) um GT de combate a violência à população LGBT (Confª Regional do Sertão).
17. Promover fóruns nos quais as diversas instituições e setores da sociedade debatam a intersetorialidade e a integralidade das políticas publicas para a população LGBT (Confª Regional do Sertão).



18. Criar reserva de três vagas (Zona da Mata, Agreste e Sertão) no Conselho Estadual LGBT, assegurando ajuda de custo para participação dos (as) conselheiros (as) do interior nos encontros e atividades do Conselho (Confª Regional do Agreste).
19. Destinar cotas no programa Minha Casa, Minha Vida e PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural) para pessoas trans (Confª Regional do Agreste).
20. Criar Centros de Referência LGBT em todas as macrorregiões do estado, através de legislação específica (Confª Regional do Agreste).
21. Criar política estadual intersetorial de trabalho e renda para pessoas trans, estabelecendo convênio com empresas, sistema S e agências de estágio que assegurem a contratação, além de formação e capacitação dos empregadores, sobre diversidade sexual e identidade de gênero (Confª Regional do Agreste).
22. Estabelecer Plano Estadual de Promoção da Cidadania da População LGBT, com caráter legislativo, que reúna leis específicas e políticas intersetoriais para a população em questão, garantindo sua aplicação, controle e punição, havendo descumprimento. (Confª Regional do Agreste).
23. Garantir o orçamento no PPA, LDO e LOA para projetos sociais e de cultura para adolescentes e jovens LGBT em situação de vulnerabilidade e/ou risco social (Confª Municipal de Recife).
24. Garantir nas políticas de segurança pública a tipificação dos crimes ligados a LGBTfobia em todos os formulários de atendimento (Confª Municipal de Recife).
25. Atribuir às conferências o caráter e responsabilidade de conferir as propostas aprovadas nas conferências realizadas anteriormente (Confª Municipal de Recife).
26. Inclusão das políticas públicas LGBT em todos os conselhos profissionais defendendo a inclusão da população LGBT (Confª Municipal de Recife).
27. Inserção de pautas em defesa da população LGBT nas convenções coletivas de trabalho garantindo a livre negociação (Confª Municipal de Recife).

### **Propostas Nacionais – Eixo I:**

1. Criação de um link do Sistema Nacional nas redes sociais para dialogar com as três instâncias de governo (Confª Municipal Belém do São Francisco).



2. Criar co-financiamento para estruturar o Sistema Nacional LGBT no Estado e nos Municípios de Pernambuco (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
3. Criar campanhas de sensibilização e incentivo a qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho para a população LGBT e acesso a informação dos direitos assistidos pelo governo federal, estadual e municípios (Confª Municipal de Recife).
4. Promover e garantir nos programas de saúde e sociais como, o NASF e o PAEF, um trabalho de formação continuada com as famílias nos territórios sobre os direitos da população LGBT e respeito a sua identidade de gênero e orientação sexual (Confª Municipal de Recife).
5. Assegurar que as instituições governamentais em todos os seus âmbitos que promova campanhas de conscientização e estímulo às denúncias de crimes contra a população LGBT (Confª Municipal de Recife).
6. Atribuir às conferências o caráter e responsabilidade de conferir as propostas aprovadas nas conferências realizadas anteriormente (Confª Municipal de Recife).
7. Fomentar e estimular a construção efetiva em todas as centrais sindicais e diretorias específicas para a defesa e construção das políticas públicas de direitos trabalhistas para a população LGBT (Confª Municipal de Recife).

## **Eixo II - Educação, Saúde, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos**

### **Propostas Estaduais:**

1. Ampliar e garantir o atendimento dos serviços do Centro de Tratamento e Acolhimento (CTA) nas cidades polos e na sua área de abrangência (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
2. Produzir e divulgar materiais acessíveis de combate à LGBTfobia (Confª Municipal de Olinda).
3. Articular com o comitê técnico da saúde para discutir com Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e Comissão Intergestora Regional (CIR) a garantia dos insumos para os procedimentos com a população LGBT (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).



4. Implantar nos diversos conselhos assentos para a população LGBT (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
5. Fortalecer a produção cultural da população LGBT através de incentivos financeiros públicos e privados (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
6. Incluir nos planos municipais e estaduais de Cultura, incentivos financeiros para a produção cultural LGBT (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
7. Instituir nos municípios núcleos de discussão sobre a temática LGBT, contemplando a participação das políticas de saúde, educação e assistência social (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
8. Criar um programa de acesso de bolsa de estudo temporário para o Segmento T até a conclusão do Ensino Médio (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
9. Criar campanhas específicas para população jovem no que diz respeito a prevenção das DST, HIV e Aids (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
10. Assegurar um atendimento humanizado na Saúde, com o objetivo de efetivar o atendimento necessário para o início do processo de transexualização, prevenindo o uso indiscriminado da automedicação hormonal e garantir a emissão do cartão do SUS com o nome social, respeitando o nome dos cidadãos/ãs travestis e transexuais (Confª Municipal do Jaboaão dos Guararapes).
11. Elaborar pesquisas e criar indicadores sobre a evasão escolar do público LGBT, que não consegue concluir seus estudos na rede de ensino fundamental e no EJAI (Educação de Jovens, Adultos e pessoas idosas), por questões de preconceito, resultando numa campanha de conscientização acerca do respeito às diferenças, contra a homolesbotransfobia e pela não discriminação dentro das escolas e comunidades escolares, assim como capacitar professores, alunos, gestores e famílias sobre a temática da Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, construindo estratégias para que este público retorne à sala de aula (Confª Municipal do Jaboaão dos Guararapes).
12. Garantir a formação continuada anual em Direitos Humanos e temática LGBT, aos profissionais de Educação e Saúde municipal e estadual, bem como no Nível Superior (Confª Regional do Sertão).
13. Garantir a presença de uma pessoa LGBT nos espaços de capacitação para os segmentos governamentais em Educação, Juventude, Cultura e Saúde (Confª Regional do Sertão).



- 14.** Construir programa de inclusão e auxílio financeiro para as pessoas Trans no Ensino Superior (Confª Regional do Sertão).
- 15.** Garantir a interiorização do Centro Estadual de Combate a Homofobia (CECH), com formação profissional específica em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (Confª Regional do Sertão).
- 16.** Garantir a distribuição dos métodos contraceptivos para a rede pública escolar (Confª Municipal Belém do São Francisco).
- 17.** Formulação de uma cartilha sobre os direitos da população LGBT (Confª Regional Agreste).
- 18.** Instituir como política de acesso a qualificação profissional a inserção do público LGBT, por meio de normativa da secretaria estadual do trabalho (Confª Regional Sertão).
- 19.** Garantir através de normativa Municipal e Estadual a inclusão de um percentual para a população LGBT no programa Minha Casa Minha Vida e no Programa Nacional de Habitação Rural (Confª Regional Agreste).
- 20.** Implementar dentro estado, a criação de cadeiras de direitos humanos em toda rede de ensino Confª Regional do Agreste).
- 21.** Garantir a implementação de formações pedagógicas para docentes e discentes, coordenadores/as e gestores/as, das redes de ensino para discutir as questões de gênero e diversidade sexual (Confª Regional Agreste).
- 22.** Criar um órgão fiscalizador dos processos de educação, nas redes de ensino, atendendo as demandas LGBT's, garantindo a aplicação do nome social previsto em lei (Confª Regional Agreste).
- 23.** Abrir os espaços das escolas aos movimentos sociais com ênfase LGBT como forma de capacitação ao corpo docente, em âmbitos municipais e estaduais (Confª Regional Agreste).
- 24.** Enviar periodicamente aos veículos de comunicação memorandos informativos a respeito de eventos (Paradas, manifestações, seminários, congressos, entre outros) da comunidade LGBT, com menção a data e conteúdo das atividades (Confª Regional Agreste).
- 25.** Garantir representação de movimentos sociais dos conselhos gestores/diretor das escolas e das unidades de saúde, além de contemplar o movimento social LGBT nos conselhos estaduais e nacionais de controle social (Confª Regional Agreste).
- 26.** Fomentar a reavaliação e retirada das normativas da portaria do Hemocentro de Pernambuco (HEMOPE), no tocante a população LGBT, a qual inclui esta comunidade como um grupo de risco, em relação as doações de sangue (Confª Regional Agreste).
- 27.** Realizar formação continuada dos profissionais de saúde, em torno das questões LGBT's, principalmente no tocante ao atendimento humanizado (Confª Regional Agreste).



- 28.** Garantir espaços de debates e discussões entre pais, mães e alunos/as, de acordo com a grade curricular do ensino das escolas estaduais (Confª Regional Agreste).
- 29.** Criar campanhas constantes via Gabinete Digital e demais mídias tradicionais, assim como a divulgar campanhas estaduais e nacionais no tocante a comunidade LGBT (Confª Regional Agreste).
- 30.** Garantir espaço nos eventos voltados a atrações LGBT, permitindo também a divulgação das instituições as quais recorrer em casos de violências, assim como das ouvidorias relacionadas(Confª Regional Agreste).
- 31.** Garantir cursos profissionalizantes a população LGBT, assim como garantir espaços em eventos, shows, ou quaisquer, atividades culturais desenvolvidas através do Município e do estado (Confª Regional Agreste).
- 32.** Criar editais e fundos específicos para projetos LGBT na cultura, na comunicação, no turismo, no meio ambiente e na educação, no âmbito estadual, valorizando o artista LGBT (Confª Municipal de Recife).
- 33.** Garantir formação continuada para todos os profissionais da rede estadual de saúde para o acesso e atendimento humanizado à saúde integral da população LGBT, com foco na promoção e prevenção às DST's, HIV/AIDS e hepatites virais, com distribuição de preservativos masculinos/femininos, sendo o masculino para tamanhos 49 mm, 52 mm e 55 mm, respeito ao direito do uso do nome social, acompanhamento da terapia hormonal para pessoas trans, e redução de danos advindos do mau uso das tecnologias (como excesso de hormônios, silicone industrial, uso de colete compressor de mamas), prevenção ao câncer de mama, colo uterino e próstata na população LGBT e implementação de redes de atenção de saúde mental para o atendimento da população LGBT vítima de violência, bem como o usuário de drogas e pessoas trans na perspectiva da despatologização; e criação de mais três ambulatórios habilitados no processo transexualizador nas regiões do Sertão, Agreste e região metropolitana (Confª Municipal de Recife).
- 34.** Fomentar parcerias com as TVs públicas (TVPE) para o fortalecimento e construção de conteúdos LGBT. E estabelecer conteúdos LGBT nas mídias tradicionais como TV's privadas, rádios comunitárias, rádio comerciais, internet, entre outros (Confª Municipal de Recife).
- 35.** Criação de um programa de resgate e permanência da população Trans e Travestis no contexto escolar, garantindo uma assistência financeira e a garantia de dignidade no espaço escolar (Confª Municipal de Recife).
- 36.** Ampliar, fortalecer e reestruturar (em relação a participação popular LGBT) o Grupo de Educação em Sexualidade da Secretaria Estadual de Educação na formação continuada dos profissionais de educação e de toda a comunidade escolar (professores, estudantes, técnicos administrativos, seguranças, merendeiras, etc) sobre diversidade sexual e gênero (Confª Municipal de Recife).

## **Propostas Nacionais – Eixo II:**



- 1.** Implementar a discussão da temática de gênero e orientação sexual a partir do 5º ano do Ensino Fundamental nas escolas públicas e privadas (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
- 2.** Garantir a implementação de formações pedagógicas para docentes e discentes, coordenadores/as e gestores/as, das redes de ensino para discutir as questões de gênero e diversidade sexual (Confª Regional do Agreste).
- 3.** Criar um órgão fiscalizador dos processos de educação, nas redes de ensino, atendendo as demandas LGBT's, garantindo a aplicação do nome social previsto em lei (Confª Regional do Agreste).
- 4.** Regulamentar o projeto de lei que institui a obrigatoriedade do respeito ao nome social nas escolas e serviços públicos (Confª Regional do Agreste).
- 5.** Garantir representação de movimentos sociais dos conselhos gestores/diretor das escolas e das unidades de saúde, além de contemplar o movimento social LGBT nos conselhos estaduais e nacionais de controle social (Confª Regional do Agreste).
- 6.** Realizar formação continuada dos profissionais de saúde, em torno das questões LGBT's, principalmente no tocante ao atendimento humanizado (Confª Regional do Agreste).
- 7.** Criar campanhas constantes via Gabinete Digital e demais mídias tradicionais, assim como a divulgar campanhas estaduais e nacionais no tocante a comunidade LGBT (Confª Regional do Agreste).
- 8.** Garantir espaço nos eventos voltados a atrações LGBT, permitindo também a divulgação das instituições as quais recorrer em casos de violências, assim como das ouvidorias relacionadas (Confª Regional do Agreste).
- 9.** Garantir os direitos sexuais e reprodutivos da população transexual, tendo os hospitais universitários federais e um banco público de reprodução humana, banco de sêmen ou óvulos (Confª Regional do Agreste).
- 10.** Garantir que os pacientes com o CID F64 (Código Internacional de Doenças) tenha o direito de proteção social como estabelecido no LOAS (SUAS) da Assistência Social (Confª Regional do Agreste).
- 11.** Garantir prioridade para as pessoas trans estudantes de graduação através do Programa Bolsa Permanência do MEC, assim como é dada prioridade às pessoas quilombolas e indígenas (Confª Municipal de Recife).
- 12.** Implementar reforma curricular e estrutural escolar e universitária, baseando-se em uma educação emancipadora das pessoas com a inclusão da discussão de gênero e identidade de gênero aliada a uma formação continuada de profissionais de educação, saúde, segurança e outras esferas do Estado (Confª Municipal de Recife).
- 13.** Criar editais e fundos para projetos específicos na cultura LGBT no âmbito nacional, valorizando o artista LGBT (Confª Municipal de Recife).



**14.** Implementar uma reforma democrática dos meios de comunicação, garantindo a representação de todos os segmentos da sociedade brasileira (Confª Municipal de Recife).

**15.** Garantir por meio de normativa específica da ANS (Agência Nacional de Saúde):

a) Que todos os planos de saúde tenham obrigação de fornecer a seus clientes transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais cirurgias de mastectomia, mamoplastiamasculinizadora (plástica reconstrutiva), histerosalpingo-ooforectomia, mamoplastia para colocação de próteses mamárias (plástica reconstrutiva), tireoplastia, transgenitalização do tipo “penectomia + neovagionoplastia”, constando todos esses procedimentos cirúrgicos no “rol de procedimentos e eventos em saúde” da ANS;

b) Que todos os planos de saúde ofereçam por cidade com mais de duzentos mil habitantes no mínimo 01 enfermeiro, 01 profissional psicológico e 01 profissional médico especialista em ginecologia, endocrinologia e medicina de família e da comunidade devidamente capacitados para atender pessoas transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais no acompanhamento, prescrição e orientação da terapia hormonal;

c) Que todos os planos de saúde ofereçam por Estado e Distrito Federal, no mínimo 01 (um) profissional médico cirurgião capacitado para a realização das cirurgias de mastectomia, mamoplastiamasculinizadora (plástica reconstrutiva), histerosalpingo-ooforectomia, mamoplastia para colocação de próteses mamárias (plástica reconstrutiva), tireoplastia e transgenitalização do tipo “penectomia + neovaginoplastia”; bem como que o Ministério da Saúde capacite médicos cirurgiões em todas as unidades que fornecem o processo transexualizador para a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo “metoidioplastia” e “neofaloplastia”; crie linhas de pesquisa e ações que fomentem e viabilizem atividades de pesquisa, extensão e ensino para o aprendizado, aprimoramento e desenvolvimento de diversas técnicas de cirurgias em homens trans, mulheres trans, travestis, transgêneros e intersexuais no geral; e do acompanhamento em várias profissões da saúde na perspectiva da despatologização; além da inclusão dos medicamentos “undecilato de testosterona”, “valerato de estradiol”, “acetato de ciproterona” e “di-hidrotestosterona” na relação nacional de medicamentos essenciais (RENAME) (Confª Municipal de Recife).



## **Eixo III - Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT**

### **Propostas Estaduais:**

1. Expandir os Núcleos e Grupos de Trabalhos da Polícia Militar, o GT Racismo e Cidadania, para interiorizar as ações de combate a homofobia (Confª Municipal Belém do São Francisco) Garantir a efetivação da identificação nos Boletins de Registro de Ocorrências (B.O.) e Formulários de Atendimento em órgãos públicos, da orientação sexual e identidade de gênero LGBT, para fins estatísticos e de formulação de políticas públicas e estratégias de ações de atendimento do segmento, bem como de sensibilizar as delegacias, sobre a importância da notificação da violência contra a população LGBT, nos prontuários e B.O. (Confª Municipal Jaboatão dos Guararapes).
2. Criação de GT LGBT vinculado a Secretaria de Defesa Social (SDS), com a finalidade de monitorar a política, acompanhar dados, sensibilizar profissionais que atuam em delegacias e na rede de segurança, promover formação continuada a respeito das pautas LGBT, tendo como referência o GT Racismo da Polícia Militar e do Ministério Público. (Confª Municipal Jaboatão dos Guararapes e Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
3. Criação do Observatório Estadual LGBT de enfrentamento a violência (Confª Municipal Jaboatão dos Guararapes e de Olinda e Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
4. Criação de um GT LGBT permanente nas Polícias Militar e Civil, a exemplo do GT Racismo (Confª Municipal Olinda).
5. Criação de um fundo de segurança pública para promoção e prevenção da violência à população LGBT (Confª Municipal Olinda).
6. Inserir na matriz curricular de formação e capacitação para os concursados da Polícia Civil, Militar e Corpo de Bombeiros, nas academias, um módulo obrigatório específico de direitos humanos com sub eixos tratando as temáticas de diversidade sexual e de gênero (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
7. Criação de uma campanha institucional com o objetivo de divulgar os direitos da população LGBTs e os serviços do Estado destinados a esta população (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
8. Criar e manter um fundo que fortaleça os municípios que trabalhem diretamente com a população LGBT através de Coordenadorias, Fóruns, Assessorias etc. (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
9. Fortalecimento, manutenção e monitoramento do Procedimento Operacional Padrão (POP) em parceria com a sociedade civil. (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).



10. Criar campanhas com o objetivo de tratar do tráfico de pessoas (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
11. Criação de um Disk Denúncia. (Confª Regional Sertão).
12. Defensor Público LGBT. (Confª Regional Sertão).
13. Criação de uma equipe especializada nas delegacias para atendimento ao público LGBT. (Confª Regional Sertão).
14. Formação para segurança pública nas abordagens da população LGBT. (Confª Regional Sertão);
15. Capacitar profissionais dos órgãos de segurança pública, inclusive Polícia Militar, e privada para atuarem corretamente na abordagem em ocorrências que envolvam o público LGBT (Confª Municipal Belém de São Francisco e Confª Regional Agreste).
16. Que nas capacitações estejam inclusas pessoas do grupo LGBT para que possam contribuir de maneira efetiva utilizando-se de seus artifícios práticos e empíricos (Confª Municipal Belém de São Francisco).
17. Atendimento nas delegacias de polícia em conjunto com a política de assistência/rede social para garantir o fortalecimento dos vínculos familiares nos casos de crimes homofóbicos (Confª Municipal Belém de São Francisco).
18. No poder judiciário existir equipe multiprofissional para acolhimento e orientação das famílias em que há a prática da violência em razão da homoafetividade. (Confª Municipal Belém de São Francisco).
19. Discutir com o Judiciário mecanismos que assegurem isenção das custas processuais quando o processo for decorrente de questões homofóbicas (Confª Regional Agreste).
20. O sistema de justiça deflagrar campanhas publicitárias que divulguem os mecanismos de enfrentamento a homofobia (Confª Regional Agreste).
21. Criar um Observatório com acesso público sobre as violências com motivação homofóbica (no site de acesso aos dados, constar o contato das organizações do poder público e da sociedade civil que pautem as questões LGBT) (Confª Regional Agreste).
22. Criar um programa que se articule com os órgãos da segurança pública, comunidade escolar e sociedade civil, com foco na desconstrução da homofobia no âmbito familiar (Confª Regional Agreste).
23. Desenvolver um programa de formação continuada para órgãos de segurança pública com foco em prevenir a violência institucional garantindo mecanismo para que a sociedade civil exerça o controle social (Confª Regional Agreste).
24. Criar delegacia especializada no atendimento a população LGBT, nos casos de LGBTFOBIA (Confª Regional Agreste).



**25.** Inserir nas orientações do Pacto pela Vida abordagem e atendimento policial respeitando as identidades de gênero (Confª Regional do Agreste).

**26.** Garantir no Sistema de Segurança Pública intérpretes de Libras para o acesso das pessoas surdas LGBT à comunicação, bem como capacitar os (as) profissionais de segurança pública em Libras (Confª Municipal de Recife).

**27.** Garantir que o Patronato Penitenciário inclua o atendimento e encaminhamento das pessoas travestis, transgêneros e transexuais regressos à sociedade (Confª Municipal de Recife).

**28.** Fortalecer, ampliar e interiorizar os Centros de Referência de Combate à Homofobia, bem como articular a abertura de uma casa abrigo para as pessoas LGBT, priorizando as pessoas transexuais, transgêneros e travestis (Confª Municipal de Recife).

**29.** Fomentar a abertura de um Grupo de Trabalho LGBT em articulação com o Movimento Social e Conselho Estadual LGBT nos Sistemas de Segurança, que garantam a geração e divulgação dos dados de violação de direitos, formação continuada na Rede de Segurança sobre a temática LGBT, contemplando a Portaria Estadual 4818/2013 e encaminhe as demandas (Confª Municipal de Recife).

**30.** Construir um protocolo de acompanhamento integrado e unificado, abarcando a Rede de Assistência, a Rede de Saúde e o Sistema Carcerário, que permita o acompanhamento qualificado, caso a caso, desde a entrada até a saída da situação de vulnerabilidade social da população LGBT (Confª Municipal de Recife).

### **Propostas Nacionais – Eixo III:**

**1.** Legalização da Lei contra homofobia (Confª Regional Sertão).

**2.** Garantir no Sistema de Segurança Pública intérpretes de Libras para o acesso das pessoas surdas LGBT à comunicação, bem como capacitar os (as) profissionais de segurança pública em Libras (Confª Municipal de Recife).

**3.** Fortalecer e ampliar os Centros de Referência de Combate à Homofobia, bem como articular a abertura de uma casa abrigo para as pessoas LGBT, priorizando as pessoas transexuais, transgêneros e travestis (Confª Municipal de Recife).

**4.** Fomentar a abertura de um Grupo de Trabalho LGBT em articulação com o Movimento Social e o Conselho Nacional LGBT nos Sistemas de Segurança, que garantam a geração e a divulgação dos dados de violação de direitos, formação continuada na Rede de Segurança sobre a temática LGBT e encaminhando as demandas (Confª Municipal de Recife).

**5.** Construir um protocolo de acompanhamento integrado e unificado, abarcando a Rede de Assistência, a Rede de Saúde e o Sistema Carcerário, que permita o acompanhamento qualificado, caso a caso, desde a entrada até a saída da situação de vulnerabilidade social da população LGBT (Confª Municipal de Recife).



## **Eixo IV - Marcos Jurídicos e Normativos para o Enfrentamento à Violência contra a População LGBT**

### **Propostas Estaduais:**

- 1.** Criar leis punitivas municipal e estadual de combate a homo/lesbo/transfobia, que responsabilize, impondo multas e sanções aos estabelecimentos, públicos e privados, que adotem condutas discriminatórias contra a população LGBT. (Confª Municipal Jaboaão dos Guararapes e Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha e Agreste).
- 2.** Propor a criação de lei que assegure o uso do nome social das pessoas transexuais e travestis nos estabelecimentos educacionais públicos (Confª Municipal Jaboaão dos Guararapes).
- 3.** Estimular a criação de uma Frente Parlamentar, com base no Projeto ALIADAS – Projeto Nacional da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais), de apoio as propostas da população LGBT. (Confª Municipal Jaboaão dos Guararapes).
- 4.** Impulsionar a tramitação da PLC 122/2006, no âmbito do Senado Federal. (Confª Municipal Jaboaão dos Guararapes e Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha e Sertão).
- 5.** Regulamentar através do governo do estado a implantação de uma carteira de identidade social (Confª Municipal Olinda).
- 6.** Criminalizar a LGBTfobia. (Confª Municipal Olinda).
- 7.** Fortalecimento das normativas norteadoras existentes nos âmbitos Municipal e Estadual, em relação aos direitos da população LGBT os tornando leis, garantindo o carácter de política de Estado. (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
- 8.** Ampliação do Decreto 35.051 para pessoas não institucionalizadas. (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
- 9.** Aplicar a ampliação da cobertura da Lei Maria da Penha para mulheres Trans e Travestis vítimas de violência doméstica. (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
- 10.** Criar no âmbito das Secretarias Municipais do Trabalho, mecanismo de punição a estabelecimentos e órgãos que discriminem a população LGBT, refletindo na não contratação. (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).



- 11.** Formar, Habilitar e credenciar, militantes de diversas instituições do Estado através da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), fornecendo certificações e ampliando parcerias com os Movimentos Sociais (Confª Regional Metropolitana, Zonas da Mata e Fernando de Noronha).
- 12.** Criação e fortalecimento contínuo de um fundo para os municípios que trabalhem diretamente com a temática LGBT através de coordenadorias, assessorias. (Confª Regional Sertão).
- 13.** Garantir através de dispositivos legais contratação de profissionais LGBT nos diversos setores públicos. (Confª Regional Sertão).
- 14.** Através do plano estadual de direitos LGBT, que os municípios se apropriem da política de diversidade, instituindo conselhos e órgãos gestores para população LGBT. (Confª Regional Sertão).
- 15.** Fortalecimento das normativas norteadoras existentes nos âmbitos Municipal e Estadual, em relação aos direitos da população LGBT os tornando leis, garantindo o carácter de política de Estado. (Confª Regional Sertão).
- 16.** Ampliação da cobertura da Lei Maria da Penha para mulheres Trans e Travestis vítimas de violência doméstica. (Confª Regional Sertão).
- 17.** Garantir a participação da população LGBT nos conselhos de justiça e de segurança pública, no âmbito municipal, estadual e nacional (Confª Municipal Belém de São Francisco).
- 18.** Garantir a participação da população LGBT nos conselhos de justiça e de segurança pública, no âmbito municipal, estadual e nacional (Confª Municipal Belém de São Francisco).
- 19.** Estudar a possibilidade de incluir como ato infracional as violações ocorridas em razão da orientação sexual e identidade de gênero no âmbito do estatuto dos servidores estaduais e municipais (Confª Regional Agreste).
- 20.** Garantir aos servidores e servidoras estaduais o direito a aposentadoria decorrente de morte do companheiro/a LGBT (Confª Regional Agreste).
- 21.** Articular com o tribunal de justiça e demais órgãos judiciários a garantia das partes serem nominadas pelo nome social (Confª Regional Agreste).
- 22.** Criação e fortalecimento de um Programa de Combate à LGBTfobia Institucional, com foco nas áreas de educação, assistência social, saúde, segurança pública, juventude, mulher, direitos humanos, qualificação profissional, cultura, planejamento e finanças (Confª Municipal de Recife).



**23.** Criar estratégias e mecanismos de controle social para a aprovação do Projeto de Lei do Estatuto Estadual de Identidade de Gênero, audiências públicas e projeto de iniciativa popular (Confª Municipal de Recife).

**24.** Criar estratégias e mecanismos legais de garantia de segurança pública dentro dos espaços dos presídios, com criação de alas específicas para assegurar o respeito à orientação e à identidade de gênero (Confª Municipal de Recife).

**25.** Regulamentar e fortalecer o órgão gestor da Política LGBT e criar estratégias e mecanismos de controle social; garantindo recursos dentro da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual para ações afirmativas visando a população LGBT na gestão estadual (Confª Municipal de Recife).

**26.** Articular junto ao poder legislativo uma lei estadual que garanta a laicidade nos espaços públicos, principalmente nas escolas, assegurando as discussões sobre identidade de gênero e orientação sexual (Confª Municipal de Recife).

#### **Propostas Nacionais – Eixo IV:**

**1.** Capacitar, sensibilizar e fortalecer a defensoria pública para garantir assistência jurídica da população LGBT e a criação de novas instâncias nas unidades federativas que não as possuem (Confª Municipal Belém de São Francisco).

**2.** Regulamentar e fortalecer o órgão gestor da Política LGBT e criar estratégias e mecanismos de controle social; garantindo recursos dentro da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual para ações afirmativas visando a população LGBT na gestão nacional (Confª Municipal de Recife).

**3.** Criar estratégias e mecanismos de controle social para a aprovação do Projeto de Lei Federal 5002/2013: Lei João Nery (Confª Municipal de Recife).

**4.** Criar estratégias e mecanismos de controle social para a aprovação da complementação da PLC 7582/2014 através da PLC 122: Lei da Criminalização da Homofobia e Transfobia (Confª Municipal de Recife).

**5.** Criar um Projeto de Lei que garanta o direito ao uso do nome social nos ambientes de trabalho das iniciativas públicas e privadas; no qual se assegure a todos/as os/as transexuais e transgêneros o uso do banheiro segundo a sua identidade de gênero (Confª Municipal de Recife).

**6.** Garantir a todos os formatos de família os direitos civis como casamento e adoção, além de direitos previdenciários e tributários (inclusão de dependentes no Imposto de Renda), independente de orientação sexual e de identidade de gênero (Confª Municipal de Recife).



**FOTOS:**









